

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MUNHOZ, José Lúcio . José Lúcio Munhoz (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 40min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**José Lúcio Munhoz
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes;

Levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 19/09/2005

Duração: 2h 40min

Fita cassete: 3; Minidisc: 2;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "História do direito e da justiça do trabalho", parte integrante do projeto Pronex "Direitos e cidadania", desenvolvido pelo CPDOC com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no período de 2004 a 2006. A escolha do entrevistado se justificou, entre outras coisas, por ser ex-presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Amatra-SP).

Temas: Associações profissionais; Câmara Municipal; Direito; Eleições municipais; Ensino técnico; Europa; Família; Igreja Católica; Justiça do trabalho; Juventude; Magistratura; Neoliberalismo; Ordem dos Advogados do Brasil; Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; Partido dos Trabalhadores - PT;

Sumário

FITA 1-A: Local e data de nascimento; nome e profissão dos pais; a ascendência europeia de sua família; aspectos da vida e da profissão de seus dois irmãos; a vida estudantil em Vargem Grande e, posteriormente, o curso técnico em São Roque; as primeiras experiências de trabalho; o emprego como office boy em uma metalúrgica (Cotia, 1983); a atuação no Movimento de Pastoral da Juventude e o contato com futuras personalidades políticas; a filiação ao Partido dos Trabalhadores (Vargem Grande, 1987); o posicionamento crítico perante a Igreja Católica; a emancipação de Vargem Grande em relação a Cotia, tendo como primeiro prefeito seu padrinho Elias Roque (período de mandato:1982-1988); o perfil dos fundadores do PT em Vargem Grande.....p.1-17. FITA 1-B: O funcionamento do PT em Vargem Grande; a candidatura para vereador (pelo PT) em 1988; a formatura na faculdade de Direito em 1990; o casamento e a experiência da lua-de-mel na Europa (1991); a permanência da atuação no PT mesmo tomando a decisão de não mais se candidatar; a coligação do PT com o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 1992, para as eleições municipais; a gênese do interesse pelo Direito; o curso de Direito na Faculdade Mackenzie; o ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as diversas experiências no exercício da advocacia (escritório de José de Oliveira, Sindicato das Costureiras, montagem de seu próprio escritório em sua casa, assistência judiciária gratuita pela OAB etc); o concurso para o Ministério Público do Trabalho em Curitiba; a direção de todo o aspecto legal da candidatura de Roque Moraes (PSDB) em 1992;.....p.17-31. FITA 2-A:O cargo de Procurador Geral de Vargem Grande Paulista durante um ano (janeiro de1992 a janeiro de 1993) e os motivos de sua saída; a motivação para se tornar juiz do trabalho e a sensação de maturidade para exercer tal profissão; a preparação para os concursos de magistratura do trabalho (curso Robertella e outros pequenos cursos); a continuidade do exercício da advocacia através da assessoria para o PMDB de São Roque; o trabalho na Câmara Municipal de Mairinque (assessor no aspecto legislativo); a prestação de oito concursos para a magistratura e a aprovação em São Paulo (1995); a experiência na 19ª vara de São Paulo com auxílio da juíza Olívia; a mudança de tutela dos procedimentos de iniciação dos juizes aprovados, da Amatra para o TRT, e os embates políticos entre eles; as relações entre a Amatra e o TRT no momento de sua gestão como Presidente da associação (eleito em 2004); a atuação na Secretaria de Execução e como juiz substituto em Osasco; esclarecimentos sobre o que consiste a Secretaria de Execução.....p.1-17. FITA 2-B: Os procedimentos da Secretaria de Execução e as vantagens e desvantagens de sua implantação (fracassou em Osasco e em São Paulo);a questão da demora da execução de sentenças;a experiência da Secretaria de Execução Integrada (SEI) e suas conseqüências; a função do juiz como pacificador social; alguns casos marcantes enfrentados até aquele momento de sua carreira; opinião acerca de aspectos negativos e positivos da carreira de juiz; a promoção por antiguidade (em 2000) e a ida para a 1ª vara de Diadema; o relacionamento com os advogados e os funcionários em Osasco; a jurisdição sob Vargem Grande Paulista nos dias de hoje; a filiação a Amatra e o aprofundamento de seu envolvimento com tal associação; a luta contra os classistas e a crítica aos critérios de nomeação do TRT no início da carreira.....p.17-32. FITA 3-A: A mudança de postura da Amatra em relação às questões de trabalho da própria associação; um pequeno histórico das eleições da Amatra desde sua filiação; a oposição da Amatra em relação aos

classistas; a luta pela democracia interna e pela transparência de gestão dentro da Amatra; a vice-candidatura na chapa de Álvaro Nôga e a derrota para a chapa da juíza Olívia; a candidatura para a presidência da Amatra e o processo da campanha; os pequenos conflitos dentro da Amatra; posicionamento acerca da questão da ampliação da competência da Justiça do Trabalho; a contrariedade na anexação das relações de consumo pela Justiça do Trabalho; o Neoliberalismo e os riscos da minimização das relações de emprego.....p1-14. FITA 3-B: A questão do abarcamento das questões trabalhistas de autônomos e de servidores públicos pela Justiça do Trabalho; os procedimentos das Amatras e da Anamatra na definição de uma posição sobre a anexação das relações de consumo pela Justiça do Trabalho; a celeridade da Justiça do Trabalho em relação à Justiça comum; considerações finais e agradecimentos.....p.14-20.

Entrevista: 19.09.2005

A.C – Estamos começando uma entrevista com o drº José Lucio Munhoz, hoje é dia 19 de setembro de 2005. Eu, Ângela de Castro Gomes, estou em São Paulo, mais precisamente no Fórum Trabalhista desta cidade, entrevistando então drº José Lúcio. Essa entrevista faz parte do projeto “História do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil”, que integra o projeto Pronex “Direitos e Cidadania”. Então, em primeiro lugar eu queria lhe agradecer muito, estar concedendo o seu tempo para essa entrevista e começar perguntando o local e a data do seu nascimento.

J.M – Bom Ângela, é um prazer poder colaborar. Eu nasci em São Paulo, capital, embora meus pais morassem em uma cidade da grande São Paulo, uma cidade bem pequenininha chamada Vargem Grande Paulista, que na ocasião nem era cidade, era um bairro de Cotia. Mas eu fui o único dos filhos, o caçula, eu sou o caçula de três filhos, e o único que nasceu no hospital. Que meus pais eram de sítio, do interior do estado de São Paulo, não é, mais precisamente ali da região de Assis, Cândido Mota, e eles estavam aqui quando eu nasci, o rebento, o derradeiro...

A.C – Nasceu meio de surpresa.

J.M – Não muito de surpresa, mas tiveram que socorrer, eu nasci [INAUDÍVEL] inclusive aqui em São Paulo. E nasci em São Paulo em 16 de maio de 66, 1966.

A.C – Qual o nome dos seus pais?

J.M – Deoclides de Agostine Munhoz e Maria Marques Dias Munhoz.

A.C – Qual é a profissão do seu pai?

J.M – Bom, meu pai trabalhou na roça, não é, depois em Vargem Grande trabalhou em uma metalúrgica, mas como carpinteiro porque ele fazia umas bordas de madeira onde eram enrolados os cabos de aço, aquelas bobinas de madeira, então ele trabalhava na

carpintaria. E finalmente depois, quando saiu de lá, ficou como taxista onde está até hoje, já faz muitos anos já.

A.C – E sua mãe?

J.M – Minha mãe era dona de casa, quando veio para Vargem Grande ficou como lavadeira de roupas para terceiros. Depois ela vendia roupas como sacoleira, aí ela montou uma lojinha onde está hoje com uma lojinha bem pequenininha mesmo, assim, onde vende miúdezinhas até hoje.

A.C – Ou seja, a sua mãe trabalhou fora de casa também bastante, como se diz.

J.M – Bastante, bastante. São de família bastante simples, não é, eles não tinham instrução, minha mãe foi quem estudou até o quarto ano. Meu pai até o terceiro ano, mas naquela época, ainda lá no interior, então ele realmente pouco sabe assim de, ler mesmo é muito pouco, é mais a assinatura mesmo do nome, aquela forma de alfabetização antiga onde se ensinava a pessoa a escrever o nome, era suficiente.

A.C – E isso era bastante significativo, era um diferencial.

J.M – Ele lê, claro, mas é com muita dificuldade, muito pouco. Minha mãe vai um pouquinho...

A.C – Pelo nome, Augustine Munhoz, é uma família descendente de imigrantes?

J.M – Nós temos uma mistura, assim, os meus bisavôs por parte da mãe do meu pai, italianos, e por parte do pai do meu pai também imigrantes de Madri, da Espanha, de onde vem o Munhoz, não é. Então, o Munhoz do pai do meu pai, como sendo espanhol. Dos pais da mãe do meu pai, da minha avó, italianos. E pelo lado da minha mãe, também, portugueses.

A.C – Então tem bastante coisa.

J.M – Tem. Mas já os avós mesmo já nasceram aqui.

A.C – Mas uma família que reunia então uma descendência de espanhóis, italianos e portugueses.

J.M – E portugueses.

A.C – Isso aparecia na vida da casa em alimentação, festa, alguma coisa assim que você lembre?

J.M – Olha, não trago à mente não. Minha avó sim, por parte da minha mãe, um pouco mais portuguesa. Eu conheci a mãe dela, não é, a minha bisavó, cheguei a conhecer. Mas morando no interior, então aqueles portugueses que vinham e ficavam no interior e traziam aquela tradição que muito se misturava mesmo com o nosso interior de São Paulo já, com algo assim, não era algo que você dissesse assim, é uma tradição portuguesa efetiva, com os azeites, com o bacalhau, não. Não sentimos isso na família não.

A.C – Já tudo bastante abrazeirado.

J.M – Já bastante abrazeirado.

A.C – Você falou que era o terceiro, então são mais dois irmãos.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Nós tivemos uma pequena pausa para um café e estamos retomando a entrevista, drº José Lúcio estava contando a história da família e justamente estávamos falando que ele é o terceiro de três irmãos, e eu queria perguntar um pouco sobre esses irmãos e sobre essa família.

J.M – O mais velho, nós tivemos sempre de um para o outro seis anos de diferença, seis anos de um para o outro. E o mais velho ele nasceu em casa no interior, como o

segundo também, não é, em casa, e ele estudou até a 8ª série ginásial na ocasião, fez um curso técnico de [torno], foi trabalhar em uma empresa [Munck], que não mais existe hoje, não é, embora tenha ainda aqueles braços mecânicos [Munck] nos caminhões, vem escrito. Ele trabalhou nessa empresa por muito tempo, muito tempo, e depois, já tem acho que cerca de uns 15 a 20 anos, ele saindo de lá porque a empresa quebrou, ele montou uma empresinha de [torno]. E ele está até hoje com essa empresa dele de torno, fazendo braços mecânicos de guindaste para caminhão.

A.C – Como ele se chama?

J.M – Antônio Roberto Munhoz. Antônio Roberto.

A.C – E o segundo?

J.M – O segundo é Rubens Munhoz. Esse escapou porque ele teria o nome de João Rubens. Porque era um para cada santo, o Antônio, o João e o José. Mas na hora de o padre batizar o padre esqueceu do João.

A.C – E botou só Rubens.

J.M – E botou só Rubens, só Rubens Munhoz. Ele é o do meio e ele foi militar, ele ingressou no Exército com 18 anos. Depois já seguiu carreira, ingressou logo em seguida na Polícia Militar. Foi até sargento na Polícia Militar e desde 96 ele começou a ter problema de saúde renal, problema renal. Em 98 nós dois fizemos um transplante, então ele se encontra aposentado por questão de saúde.

A.C – E o senhor drº José Lúcio, como é que foi assim a sua vida como estudante?

J.M – Estudante, eu fui um estudante regular. [Risos]

A.C – Foi um estudante regular. E começou estudando em Vargem Grande mesmo...

J.M – Em Vargem Grande. Toda a minha vida foi construída ali...

A.C – Em grupo escolar?

J.M – Em grupo escolar, escola pública, até, estudei ali, depois eu fiz o colegial, o colegial técnico, em São Roque, em contabilidade, em uma escola de São Roque. Aí já era uma escola paga. Mas não era nada que não fosse, que fosse impossível de ser pago para uma família de classe média. Porque até aí a minha mãe já tinha a lojinha nesse momento, meu pai já estava no táxi, então já tinha uma família, já tinha um pouquinho mais de equilíbrio. O mais velho já tinha casado, já tinha saído de casa...

A.C – Era 12 anos mais velho, não é.

J.M – 12 anos mais velho. O outro se não tinha saído, mas pelo menos já trabalhava, já tinha toda a sua situação mais ou menos resolvida, não é, então a família dava para se direcionar um pouquinho mais para o caçula, e eu tive essa sorte, não é. Mas desde pequeno eu sempre trabalhei, desde os oito anos.

A.C – Ah é ?

J.M – Eu sempre trabalhei. Eu trabalhava engraxando sapatos, eu nem agüentava com o peso da caixa da cadeira, você levava a caixa e a cadeira para engraxar o sapato das pessoas, aí esse meu irmão do meio levava a caixa para mim e eu levava a cadeira até a porta de um bar ali em Vargem Grande, onde parava e ficava engraxando sapato. Durante a semana vendendo sorvete, ajudando de auxiliar de pedreiro, não é, não se pode imaginar uma criança como auxiliar de pedreiro, não é. Eu, na verdade eu ajudava um padrinho meu que era pedreiro, então muito pouco mesmo, carregando os tijolos só, coisa muito simples. Como jardineiro, lavador de carro, vendedor de caqui, foi...

A.C – Ganhava um dinheirinho, ajudava em casa e principalmente um dinheirinho para as próprias despesas.

J.M – Na ocasião não, porque com oito anos não tinha...

A.C - Mas eu digo assim, comprar uma revista, uma coisinha assim... Não?

J.M – Não, geralmente entregava tudo em casa. Na época criança não escolhia a roupa, não escolhia nada...

A.C – É verdade. No máximo pedia uma coisa assim, como uma revista, um doce...
Exato.

J.M – Um doce, alguma coisa. Aí, com esse trabalho fora também eu fui tendo muita maturidade cedo. E sei lá, com 12 anos eu já tinha trabalhado em bar, já tinha trabalhado como, em foto, tirando fotos mesmo para identidade, carteira profissional, título de eleitor que tinha foto na ocasião e...

A.C – E a foto, tirava a foto em, vamos dizer assim, em estúdio, ou tirava foto, às vezes eram até locais externos onde se fazia isso.

J.M – Não, não, não, eu só tirava as fotos das pessoas que iam na lojinha tirar foto...

A.C – Na lojinha, ok.

J.M – Tirar foto ali naquele localzinho escuro, se fechava a cortininha e tal. Depois trabalhei em uma papelaria, e aí eu fui realmente trabalhar com 14 anos, quando se podia trabalhar com 14 anos, eu tão logo completei 14 anos eu fui trabalhar em uma fábrica de vinhos ali em São Roque, que na verdade era mais próximo de Vargem Grande do que de São Roque. Só para a gente localizar, de Vargem Grande a São Roque tem 17 quilômetros e essa fábrica de vinho devia ficar a cerca de seis quilômetros de Vargem Grande assim. Tinha um ônibus que pegava e eu fui trabalhar ali como auxiliar de escritório, mas para tomar conta do estoque, como um [INAUDÍVEL], que se diz hoje. Fiquei ali oito meses, uma relação um pouco complicada, tanto pelo índice de liberdade que eu gostaria de ter no exercício de uma atuação profissional, não é, para um garoto de 14 anos não está ainda muito sujeito a regras, não é. E lá se tinha um

excesso de regras inclusive de comportamento porque é uma fábrica de japoneses que administravam, então eu não tinha uma certa estrutura individual para me adaptar àquele sistema de regras, embora eu fosse um garoto bom, fosse, jamais tive qualquer envolvimento assim de fora, mas não dava ali naquele momento para isso. Então foi meio tumultuado até que eu acho que eles não me agüentaram mais e me mandaram embora. [Risos]. Essa é a grande verdade, assim, não é. E eu também não fazia muito gosto porque também não era uma empresa que tinha, que você olhasse assim e tivesse um campo para você se desenvolver. Aí eu tinha 14 anos. Saí dali, voltei a trabalhar em uma papelaria de Vargem Grande e pouco tempo depois, creio que aí com 17 anos mais ou menos, eu fui trabalhar em uma metalúrgica em Cotia. Cotia, Vargem Grande tem em torno de 15 quilômetros.

A.C – Aí estava fazendo o curso técnico já.

J.M – Aí...

A.C – Ou ia começar...

J.M – Não, eu fazia, exatamente, eu fazia o curso técnico em São Roque e trabalhava como office boy. E a vantagem de trabalhar ali naquela empresa, embora assim, um pouco abaixo da minha classificação, não é, porque eu tinha trabalhado como auxiliar de escritório, indo trabalhar como office boy agora, é que nessa metalúrgica, embora pequena, ela me dava possibilidade de até crescer dentro da empresa, e era uma metalúrgica, o que significava que a gente ganhava o piso dos metalúrgicos como sendo office boy. E o piso dos sindicatos metalúrgicos aqui da grande São Paulo era muito significativo, não é, se o salário mínimo era, era tipo assim, duas vezes, três, duas vezes e pouco o salário mínimo, não é, porque era bastante valorizado o salário da classe metalúrgica.

A.C – Isso aí era 83, 84, pelas minhas contas, estou certa?

J.M – Aproximadamente isso aí.

A.C – Ou seja, esse era o momento em que...

J.M – Era 83 exatamente.

A.C – 83, era um momento de retomada inclusive do movimento sindical metalúrgico...

J.M – Exato. Houve a primeira greve, a primeira greve contra o pacote 20, 70 e... Era um pacote econômico que o Delfim, salvo engano, estava lançando e foi a primeira greve política, porque não era uma greve por mudança salarial, era contra um pacote econômico.

A.C – Que ia diminuir o valor salarial, era, nos cálculos...

J.M – Eu não me recordo agora detalhes exatos...

A.C – Se não me engano era uma questão dos cálculos que se fazia e em função disso isso depreciaria os salários, havia, pelo menos havia um debate nesses termos.

J.M – Isso. E eu sei que eu não fui, eu aderi à greve, eu não fui trabalhar nesse dia. Inclusive o escritório me ligou, da fábrica, o rapaz do escritório, o José Carlos, era bastante amigo, ele ligou: “Olha, os ônibus estão funcionando”. Eu falei: “Não, eu estou em greve”. Me lembro de ter dito isso para ele, um office boy de 17 anos, “Não, eu estou em greve”. Porque ali eu já tinha, em paralelo a isso, desde os 14 anos, eu tinha uma atuação no movimento de pastoral da juventude na igreja. Desde os 14 anos, eu estava, fui, na época era representante da pastoral, em alguns momentos era presidente do grupo de jovens, mudava-se os nomes, não é. Mas eu sempre ali, coordenava, eu garoto de tudo, 17 anos, eu coordenava encontro de clausura de três, quatro dias, não é, com jovens. Ou seja, embora com idade pouca a maturidade que eu tinha era muito grande.

A.C – Você tinha uma experiência grande de trabalho e isso com certeza era alguma coisa diferencial, não é. Esse também foi um momento importante de mobilização da igreja católica, não é.

J.M – Sim, foi, foi.

A.C – De jovens, de trabalhadores...

J.M – Participamos de encontros em Campinas, eu como representante da arquidiocese com o Plínio Sampaio na ocasião, não é. E tudo isso foi me levando também ao PT, não é. Eu fui, na cidade de Vargem Grande, filiado número um do PT, o PT estava começando a montar isso, foi já em 86 por aí, eu fui o filiado número um. Eu acho que eu não fui o presidente do PT porque eu não tinha talvez idade para ser presidente, na ocasião, do PT da cidade. Mas fui logo na sequência o presidente do partido em Vargem Grande Paulista. E...

A.C – Vou pedir para você contar um pouquinho para mim, primeiro sobre esse envolvimento com a pastoral da juventude. Você estava falando que coordenou encontros, então, a importância disso para você, vamos dizer, dessa militância, que é uma militância política, mas é uma militância política que tem a marca da religiosidade católica, não é. Um pouquinho sobre isso e depois a gente traz isso um pouco também para sua experiência dentro do PT. Primeiro a experiência nessa pastoral da juventude.

J.M – Na pastoral da juventude, minha mãe era da igreja, não é. Assim, minha mãe muito católica, meu pai não...

A.C – Nem tanto, sei...

J.M – Nem tanto, não é, mal vai, nem ia às missas, tal. Minha mãe, movimento de Maria, tudo isso. Até adoraria que eu fosse padre, não é, aquela coisa assim. Então eu ia à igreja. Mas ia também por gostar. Não era algo assim, porque nesse envolvimento com outros jovens, e eu sendo de uma família humilde, não é, sem acesso mesmo a

outras formas de diversão, de envolvimento, até que ali era, sempre foi muito agradável, não é, trabalhar no grupo de jovens porque você se sente útil. Então a gente ia fazer casa de sapé não sei aonde, a gente fazia bingos, a gente fazia quermesses, ia visitar as crianças, ali tem o Pequeno Cotolengo, o Dom Orionópolis, que é próximo à nossa região ali na Granja Viana, perto de Cotia. Então a gente fazia esse tipo de visita, cantava na igreja...

A.C – Esse Pequeno Cotolengo é o que?

J.M – É um, onde ficam crianças com deficiência e órfãos...

A.C – Sei.

J.M – É muito grande, por isso que ganhou até o nome de Dom Orionópolis, porque é de Dom Orioni. Creio eu que a origem é italiana, não é. Então...

A.C – E aí recolhia-se dinheiro, levava roupas, esse tipo de coisa.

J.M – O grosso mais para a própria paróquia.

A.C – Para a própria paróquia.

J.M – Até porque esse local era fora, era ali em Cotia, não em Vargem Grande. O grosso da nossa atuação era ali. E o fato também de você ler a primeira leitura, a segunda, ou ser o comentarista da igreja, não é. E menino, não é, muito menino, então as pessoas elogiavam, não é, “Olha, que bonito”. E isso acabava sendo um estímulo para que você continuasse e tivesse gosto. Então aí você, a gente montou jornal, não é, na paróquia, montamos a pastoral da comunicação. Os encontros, não é, eu participei de um, como convidado em Cotia, adorei, então vamos montar um em Vargem Grande. Então isso foi. Depois a gente teve uma coordenação regional da Diocese de Osasco, nós pertencíamos à Diocese de Osasco. E aí passou a ser necessário ter uma coordenação conjunta com todos os grupos de jovens. E a gente tinha uma sub região

que pegava ali São Roque, Alumínio, Ibiúna, Vargem Grande, Cotia, Granja Viana, Calcaia, que era sub região da Diocese de Osasco. Porque a Diocese de Osasco pegava aqui Osasco, Barueri... Então, mas aquela sub região onde a gente passou a ter um contato de coordenação desse grupo de, dos grupos de jovens ali. E aí as discussões são qual é o movimento, o que é que a juventude está, quais são os problemas da juventude e tal. E tinha, na ocasião, muito forte, muito forte, não é, o Boff e o Beto, com a Teologia da Libertação, ou seja, fixando sempre muito é legal rezar, é legal orar e tal, mas só isso não basta, as pessoas estão com fome, as pessoas estão sofrendo violências, as pessoas estão com problemas de saúde, de educação, aliás, como continuam até hoje... [Riso]

A.C – Você chegou... Mas não basta rezar, é preciso fazer outra coisa.

J.M – Exatamente. [Risos]

A.C – E você teve contato com eles, chegou a ter contato?

J.M – Com o Beto sim, com o Boff não. Com o Beto sim, Plínio, não é, e aqui na nossa região o João Paulo Cunha, não é, hoje, foi presidente da Câmara e tal, não é.

A.C – Presidente da Câmara...

J.M – E isso, aquele grupo, assim, em boa medida acabou desembocando, cada qual na sua cidade, mas no PT, com raras exceções. É claro, você tem exceções nisso, mas o...

A.C – Quer dizer, sua entrada do PT foi alguma coisa que fluiu dessa experiência...

J.M – Um pouco vinculado, porque nós tivemos, e quando você vai aprofundando nos problemas do jovem, da juventude, e na época tinha Jaque, Jeque, Jique, Joque, Juque, Juventude Agrária, Juventude Estudantil, Juventude...

A.C – Operária, Juventude Universitária.

J.M – Universitária. E o i que eu não estou lembrando... Jique...

A.C – Também não estou lembrando. Eu era da Jeque.

J.M – Juventude... Eu me esqueci...

A.C – Agrária, estudantil, operária, universitária... Estou me esquecendo o Jique também.

J.M – Universitária, mas tinha... Mas tinha. [Risos]

A.C – Tinha, tinha sim...

J.M – Eu me lembro que tinha.

A.C – Ou seja, o movimento da ação católica, não é.

J.M – E aí você passava a discutir problemas comuns aos jovens, falta de emprego, falta de oportunidade, falta de educação, aí você começa a se envolver para saber as questões da economia, as questões estruturais, as políticas de ensino e tal. E aí você começa a ter uma noção de que não basta só pleitear, mas quando você tem que ocupar alguns espaços para colocar pessoas boas nesses comandos para que as políticas sejam em favor do coletivo maior, mais amplo e tudo. Então esses eram os objetivos nobres, como todo o garoto querendo mudar o mundo, se emocionando com cada pequena conquista e achando que a cada passo, “Não, a gente vai construir, a gente vai mudar”. E tinha também, naquele momento social, tinha o muro, não é, e do lado de lá do muro era o paraíso, não é, para a gente. Todas as estatísticas, não se tem fome, todos tem educação. Não tem o carrão, mas as pessoas querem ser felizes de outra forma, tal. E a gente até muito, não enxergava muito os problemas que tinha também do outro lado do muro, não é. Então, a gente se iludia. Bom, tem o outro lado do muro. [Riso] Dá para ser melhor,

dá para ser, tanto que na entrada da minha loja, assim, naquela pequenininha... Ah, então, porque aí eu fui trabalhar nessa metalúrgica como office boy...

A.C – Certo.

J.M – E quando, antes de eu completar 18 anos minha mãe montou a loja, porque ela vendia de porta em porta. Aí montou a lojinha. Aí eu fui trabalhar com ela. Eu sai da metalúrgica, foi muito legal, ao contrário da outra experiência, eles não queriam que eu sáisse da metalúrgica lá, não é, como office boy, estava como office boy. “Como é que é isso?”. E perto de um ano lá, mais ou menos, eles me pagaram todos os direitos como se eu tivesse pedido a conta, tal. Foi bastante legal, eu trago até isso com bastante carinho. E aí eu fui trabalhar na loja com a minha mãe, era uma lojinha. E na lojinha tinha um quadro do Che. [Risos] Na loja lá estava lá o quadro do Che “Hay que endurecer-se pero sin perder la ternura jamas!”. Ninguém sabe que é dele realmente essa frase, mas ficou sendo.

A.C – Mas é dele. Ficou sendo dele, sem dúvida nenhuma.

J.M - Então você começa a ter uma outra postura, a ser crítico, mesmo em relação à igreja, estando participando da igreja, mas você começa a ter posicionamentos críticos em relação à própria atuação da igreja, algumas formas de agir e tal. Quando calaram o Boff, não é. O nosso papa hoje, que na época como chefe da...

A.C –Também esqueci.

J.M – Prefeitura da Sé, congregação, alguma coisa assim...

A.C – Quem cuidava da censura.

J.M – Exatamente. Impôs censura ao Boff, não é. A gente protestou e tal, tudo aquilo. Então foi um pouco assim o meu envolvimento na igreja, que foi canalizando mais para uma atuação mais política, assim, necessária...

A.C – E que te levou então a entrar no PT logo que...

J.M – É, e como muitos na ocasião. O próprio João Paulo, era de Osasco na época, não é, atuou no movimento, ele vinha também do movimento metalúrgico, atuou na igreja e depois acabou ingressando aí... Ele, o Ivan Valente, não é, que a gente teve muito contato, Plínio de Arruda Sampaio, na ocasião, Pedro Dallari, alguns nomes que passaram pela gente naquele...

A.C – Momento, não é.

J.M – Naquele momento, não é, o atual [prefeito de Guarulhos]...

A.C – Que foi um momento muito bonito.

J.M – Foi, foi.

A.C – Extremamente auspicioso, se lutava pela redemocratização do país...

J.M – Se emocionava, chorava. Quando não passou as “Diretas Já”, naquela votação, eu acompanhando pelo rádio, e “Não”, na votação nominal, você ouvindo pelo radinho, porque você não tinha acompanhamento pela TV como se tem hoje, e direito, votação direto. A Globo não gostava também de mostrar muito isso naquele momento. Então a gente lá no radinho, “Não”, pelas Diretas, “Não”. E quando deu o último voto, que não, aí a gente, eu mesmo me emocionei para caramba sozinho em casa, não é.

A.C – 1984, estamos em 1984. Mas foi um tempo rico de experiências...

J.M – A primeira emenda, Emenda Dante de Oliveira.

A.C - A primeira emenda, Emenda Dante de Oliveira.

J.M – E depois aí na segunda foi aprovada. Mas a primeira foi...

A.C – Foi esse “não”.

J.M - Foi esse “não”. Foi esse “não” e foi dolorido. [Risos]

A.C – Agora, em relação a sua entrada no PT, quer dizer, você entra no PT, e entra, vamos dizer assim, é um militante evidentemente, mas assume alguma posição como mencionou?

J.M – Não, então, eu fui presidente. Porque assim...

A.C – Quando você entrou você disse que era muito jovem e de imediato não pode ser presidente.

J.M – Eu não fui formalmente.

A.C – Ah bom. Então vamos lá, vamos me contar isso.

J.M – A gente criou um grupo, porque Vargem Grande, devemos situar Vargem Grande também. O que era Vargem Grande? Era um bairro de Cotia que foi emancipado por ter dois bancos, não é. Então tinha um pequeno comércinho e foi emancipado de Cotia em razão dessa circunstância. Até porque eu acho que Cotia não dava realmente atenção para aquele bairro, e foi a primeira emancipação depois do regime militar, isso em 82. Então foi conquistado ali, não é, saiu reportagem até na Globo e tal, o que era, não é, algo importantíssimo, uma conquista.

A.C – Uma conquista, sem dúvida.

J.M – E o primeiro prefeito foi justamente o meu padrinho, que era do PMDB. Na verdade era MDB, não é, aquela primeira eleição que passou a ser PMDB, com eleição para prefeitos das capitais, que não se tinha eleição nem para governador e nem para

prefeito das capitais, não é. E aquele mandato foi de seis anos, de 82 a 88, quando teve a segunda eleição para prefeito. Porque foi um mandato tampão, de seis anos. E ele, salvo engano, ficou três anos porque ele faleceu de leucemia. Ele era hiper querido na cidade e tal. E eu já estava no PT nesse momento. Quando ele foi eleito não.

A.C – Sei.

J.M – Não, quando ele foi eleito eu já estava no PT, já tinha atuação no partido, que ele ainda brincava comigo por causa disso. Isso em 82, não é. Ele brincava...

A.C – Porque o PT estava começando, o PMDB era o maior partido.

J.M – Isso. E ele brincava comigo, não é, eu era afilhado dele, e ele brincava comigo porque eu estava trabalhando com loja, então... Não está batendo a data, não estão batendo as datas muito bem. Mas ele brincava assim: “Ah, quando vocês estiverem em comício eu vou pedir a carteira profissional de todo mundo”. Porque a gente montando em uma cidade pequenininha, que não tinha movimento sindical nenhum, zero o movimento sindical. Então quem estava montando o PT ali eram alguns professores da rede de ginásial, eu comerciante...

A.C – Pequenos comerciantes.

J.M – É, um grupo muito pequenininho de pessoas, não é. Assim, alguns...

[FINAL DA FITA 1-A]

J.M – Alguns até que trabalhavam até em empresas, em firmas mesmo ali, não é, mas um grupo muito pequeno. Então, temos que localizar isso uma cidade pequena...

A.C – E um grupo pequeno...

J.M – E um grupo pequeno, e que acabamos montando o partido e aí ele brincava que ele ia pedir a carteira profissional, porque cadê, o Partido dos Trabalhadores, cadê os trabalhadores...

A.C – Cadê os trabalhadores? Como era o nome do seu padrinho?

J.M – Elias Roque.

A.C – Elias Roque.

J.M – Elias Roque. E, enfim, e aí o PT começou a funcionar em casa como sede. Imagina, uma cidade pequenininha, não é, alugar alguma coisa... Até tivemos ocasião de alugar, mas durava quatro meses só, três meses, época de eleição e pronto, porque não tínhamos condições nenhuma de alugar nada.

A.C – De arcar com essas despesas.

J.M – A gente fazia cartaz, quando tinha que fazer a gente mimeografava, ou fazia uma tela de silk-scream, a gente pintava. Campanha do Lula em 89 os cartazes que a gente colou em todas as ruas era, nós fizemos com silk-scream, ainda de duas cores porque era uma inovação, você tinha que fazer duas telas. Você botava em cima da folha uma tela, passava tinta preta, depois pegava outra tela, onde colocava a estrela em cima do PT pintado de preto, se colocava para passar o vermelho. Depois que secava o preto... Aquela coisa toda [Riso].

A.C – Bons tempos de campanha eleitoral esses.

J.M – Então a gente fazia esse trabalho, essa coisa. Se emocionava muito, não é, porque você não conseguia, o PT não ganhava, a gente não ganhava, na cidade a gente tinha, era muito ruim a nossa campanha porque os outros distribuía camisetas, cesta básica, mudança, e a gente... Aí tivemos a eleição em 88 onde a gente saiu com um candidato a

prefeito no PT. A idéia era disputar para ganhar mais força e tal. E eu fui candidato a vereador, eu fui o 5º mais votado da cidade...

A.C – Mas que beleza...

J.M – Vendendo camisetas. [Risos] Vendi todas das camisetas na ocasião. A gente não dava camiseta, a gente vendia. Eu vendi 128 camisetas e tive 127 votos ou o contrário, vendi 127 e tive 128, foi algo assim.

A.C – Mas o quinto mais votado é um excelente resultado.

J.M – Fui o quinto mais votado da cidade, o primeiro do PT, mas o PT não deu legenda. Tínhamos 11 vereadores. Tinha 11 vereadores, eu fui o quinto mais votado, mas a gente não deu legenda.

A.C – Aí não conseguiram ocupar a cadeira.

J.M – Aí não fomos eleitos, o que hoje eu até agradeço. Tanto que depois daquela eu nunca mais fui candidato a cargo.

A.C – Político.

J.M – Porque, assim, logo depois... Logo depois, essa foi a eleição de 88, eu era comerciante, e eu demorei sete anos construindo a minha casa. Com o dinheirinho da loja eu fui construindo minha casinha. Então, sete anos. Era um sobrado, a gente está localizando em Vargem Grande, é bom localizar, uma cidade muito pequenininha, muito simples...

A.C – Uma boa casa, portanto.

J.M – Então fiz uma boa casa ali nesses sete anos. Em 91 eu me casei. E 91 eu tinha acabado de me formar, no final do ano de 90 eu me formei em direito. E a bendita Zélia

fez o plano cruzado e eu como advogado entrei com sete açõezinhas, o que me possibilitou, com essas açõezinhas, que ainda um colega que assinou por mim, porque eu não tinha ainda carteira da OAB, essas sete açõezinhas me possibilitou fazer uma lua de mel em um tourzinho pela Europa, de 20 dias. Um tourzinho de ônibus, aquela coisa assim de você ir pulando de cidade, foram sete mil quilômetros em 17 dias. Aquela coisa louca assim porque...

A.C – Mas foi uma beleza.

J.M – Mas para a época você falar que ia para a Europa, você trazia coisas da Europa como algo assim, nossa isso veio da Europa, nossa, porque aqui não se entrava, quem não viveu não sabe a diferença desses momentos. Então era muito importante, assim, embora fosse uma viagem simples e tal, a gente amou, adorou, andamos de ônibus de monte indo de uma cidade...

A.C – Mas em lua de mel...

J.M – Chegando a noite e saindo de manhã no outro dia, não é. Você nem via a cidade, você via a cidade do vidrinho do ônibus na hora que você passava. Torre Eiffel, desce, tira foto, entra, mas foi bacana. Mas isso me mostrou que, em 91 casei, fui de lua de mel e tinha terminado a minha casa. E o cálculo que eu fiz foi o seguinte, em uma cidade pequena, se eu fosse um vereador e tivesse feito isso, “Ah, o vereador montou essa casa...”, já iriam ter assim, “Montou ontem essa casa, não é. Já foi de viagem para a Europa. Quem está pagando?” Então, viriam coisas desse tipo, imaginando, de novo, aquela cidadezinha pequena de Vargem Grande. Até você explicar são coisas que a mim me custariam muito, se alguém levantar alguma questão sobre a minha honestidade para mim sempre foi muito duro, muito triste, sabe, qualquer insinuação eu já fico muito chocado em relação a isso. Então, aquele momento do meu casamento mostrou, cargo público, político assim, eletivo, não mais, não mais.

A.C – Quer dizer, a candidatura a vereador em 88, seguida do casamento foi pedagógica para esse tipo de envolvimento.

J.M – Foi, foi. Embora eu fiz uma campanha com, assim, muita vontade, não é, eu vim...

A.C – Foi um sucesso também.

J.M – Sim, sim, sim.

A.C – Porque evidentemente não dependeu aí do caso da sua atuação especificamente, mas das regras do jogo que tornavam isso mesmo muito difícil para um partido que estava começando.

J.M – Não, e para se ter uma idéia, as pessoas queriam que eu fosse o candidato a prefeito. O nosso candidato a prefeito teve 170 votos disputando com seis. Eu tive 127 disputando com quase 200.

A.C – Ou seja, você poderia ter muito mais se tivesse disputado para prefeito dentro dessa lógica.

J.M – E o prefeito foi eleito com 15% dos votos, e foi cassado depois no meio do mandato. Que é papagaio, começaram a votar no papagaio, papagaio, e virou uma piada entendeu, votar no papagaio, sei lá. Mal comparando, porque não é a situação, “Ah, votar no Enéas”, não é. E aí de repente ganha por uma conjuntura de sete candidatos bem divididos em uma cidade pequena e tal. E acabou ganhando. Então, isso, eu me conheço também, se eu tivesse sido eleito, e essa análise eu fiz logo depois, porque isso é interessante porque eu tive maturidade para fazer essa análise, porque se eu tivesse sido eleito eu dificilmente teria terminado a faculdade, que eu já estava ali no terceiro ano de direito. Por que? O meu envolvimento seria muito grande na política.

A.C – Você gostava.

J.M – Eu gostava, e como gosto até hoje. Assim, tanto que para organizar o nosso programa de governo eu vim para Diadema que era a primeira prefeitura do PT, não é.

Eu vim, passei o dia inteiro em Diadema conhecendo como é que funcionava a prefeitura, o que é que a gente tinha feito de novo e tal, para escrever um programa de governo. Então a gente tinha programa de governo, proposta em cada área e tal, com certeza muitas delas inviáveis. [Risos] Mas tínhamos. Tínhamos porque acreditávamos naquele momento, com a pouca maturidade.

A.C – As intenções eram ótimas.

J.M - As intenções eram... Então aí foi a minha participação no PT, onde eu fiquei atuando ainda, mesmo decidindo não mais ser candidato. Na eleição seguinte municipal em 92, não é, nós fizemos uma coligação, imagine bem, uma coligação com o PSDB. Porque na época o PSDB era o partido social, não é. A gente podia fazer coligação com o PSDB e não podia fazer com o PL. O PFL claro que não, o PDS claro que não, mas olha a situação, nós podíamos, e isso era autorizado no Brasil inteiro, o PT podia fazer coligação com o PSDB, que era um partido social, democrático, de vanguarda, progressista e tal. Depois com a eleição do Fernando Henrique que houve uma mudança no PSDB, que recrudescer com a atuação em conjunto com o PFL e o PTB e companhia. E na ocasião nós fizemos uma coligação com o prefeito, com o PSDB de lá e ganhamos.

A.C – O PT ganhou?

J.M – O PSDB ganhou.

A.C - O PSDB ganhou.

J.M – Nós apoiamos o PSDB. E por um erro administrativo nós elegemos um vereador, mas ele não tomou posse, por causa de uma falha de um registro aqui do Diretório do PT de São Paulo, que não tinha registrado uma ata anterior que validava uma eleição do Diretório Municipal do PT. Logo, o Diretório foi considerado inexistente e o candidato, mesmo com voto, não tinha partido porque o seu partido não existia na cidade. Então, o

que teríamos ali o primeiro vereador da cidade do PT, não teve. E aí eu fui trabalhar, já como advogado, eu fui procurador geral da cidade em 93.

A.C – Só que antes de a gente falar dessa atuação como procurador, eu queria perguntar como nasce esse interesse em estudar Direito?

J.M – Ah tá. Eu estava, isso eu me recordo bem, porque assim, como garoto queria ser médico. Garotinho, queria ser médico, não é. Além de, claro, ultrapassando a fase de jogador de futebol, que toda a criança quer ser jogador de futebol. Mas eu queria ser médico e, mas depois com esse envolvimento de igreja, de política, não é, eu me recordo bem que eu estava aí na ELBAC, que era essa metalúrgica, Resistências ELBAC, e eu chegava cedo e lia o jornal. Então, garoto, chegava cedo lá, por causa do ônibus eu chegava bem antes de começar o trabalho, e eu ficava todo o dia lendo o jornal lá da [INAUDÍVEL] Folha, Estado e tal. E lia as matérias políticas por causa da atuação de pastoral, por causa da atuação do PT, que já tinha aí. E aí um chefe lá falava que eu seria advogado. “Ah, fica querendo saber de leis”, e não sei o que. Mas a minha inclinação naquele momento era por História, por causa, por esse estudo mesmo dos regimes socialistas, revolução cubana, revolução soviética bolchevique, e tudo aquilo. Então, tinha uma inclinação de História, ser professor de História, algo do gênero. E quando ele começou a falar: “Ah, você tem jeito para advogado, para advogar”. E realmente, aí eu comecei a avaliar um pouco mais, tanto que tinha interesse pela legislação, por mudar leis, a saber direitos dos trabalhadores, quais são, quais não são. Tanto que no meu vestibular eu prestei História na USP e prestei Direito no Mackenzie porque achei melhor.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Retomando, o drº José Lúcio estava falando que prestou vestibular para História na USP e para Direito no Mackenzie, na PUC de São Paulo e na FMU, que é...

J.M – Faculdades Metropolitanas Unidas, eu acho.

A.C – E aí...

J.M – E aí, zerei em biologia na USP e na época não podia zerar. E eu era ótimo estudante em biologia, engraçado isso, mas no dia me deu, sabe quando trava? Travou. Não saiu, não saiu. E eles sempre colocavam uma perguntinha básica que era para ninguém zerar. Então mesmo na prova de biologia tinham lá as perguntas mais difíceis e tal, mas eles colocavam uma básica, assim, que era para ninguém zerar. E até nessa eu zerei. E fiz uma redação, eu me lembro assim, fantástica. Foi acho que a melhor redação que eu escrevi na minha vida foi quando eu fiz a prova da USP. Pelo menos é o que eu tenho em memória, talvez se lesse hoje eu ache que é uma droga. Mas na época eu fiquei extremamente empolgado com a minha prova de redação na USP, mas não fui aprovado lá. Aí eu passei na FMU, que foi a primeira chamada. Fui fazer a minha inscrição na FMU, onde eu passei na tesouraria. Tesouraria era onde se cortava o cabelo. Me rasparam a cabeça na FMU. E depois divulgaram o resultado do Mackenzie. Só que havia uma diferença muito grande de preço. O Mackenzie era muito barato, muito, porque era subsidiado por uma Fundação Anglicana, alguma coisa assim, não me lembro. E na época era muito barato o valor. Era, se fosse hoje, sei lá, o salário mínimo é 300 reais, 150, era a mensalidade do Mackenzie.

A.C – Era menos do que um salário mínimo.

J.M – Ah era, era muito barato comparando com qualquer outra. Então era quase uma universidade pública, não é. Depois não, foi havendo um processo de elevação desses valores, tanto que quando eu sai de lá já não tinha essa proporção, já era bem superior o valor proporcionalmente. Ainda assim mais barato do que as outras, mas bem, eles foram elevando esse patamar ao longo do tempo, hoje deve estar mais ou menos igual às outras mesmo. Mas na época era muito barato, então me levou pro Mackenzie. E depois saiu o resultado da PUC, também tinha sido aprovado na PUC.

A.C – Ou seja, foi de certa forma, eu considero, providencial o senhor ter zerado na biologia e não ter feito História.

J.M – [Risos] Foi. Porque talvez na USP, universidade totalmente pública, não pagando nada, talvez tivesse sido para História.

A.C – Mas acho que o senhor fez uma escolha infinitamente melhor indo para Direito. Não tenho a menor dúvida.

J.M – Tem uma crônica do Veríssimo que é fantástica. Ele está em um bar e ele de repente estava todo triste, pensando na vida, “Ah, se eu tivesse feito História... Se eu tivesse ido para Londres... Se eu tivesse pego aquele gol naquele final de campeonato, como goleiro... Se eu tivesse casado com Lurdes, minha vida seria outra”. Ele olha para o lado e vê um rapaz sentado tomando um drinque também, triste. E é ele. Ele olha. “Quem é você?” “Eu sou você. Eu fiz História. Me ferrei, serviço público, a educação no país, os alunos zombando. Eu estou em uma amargura tão grande”. “Puxa, é?” “É, estou muito triste”. Aí vira de um lado, olha outro. Ele também. “E você, você está triste por que?” “Eu peguei aquele gol, eu sai no pé e peguei aquela bola”. “Ah, e daí?” “Foi ótimo, glórias naquele momento. E aí no jogo seguinte, eu todo entusiasmado, sai no pé do artilheiro e ele me arrebitou a cabeça. Fiquei 14 meses em uma UTI, não é. Aí acabou minha vida profissional, minha memória é muito fraca”. E o outro, aí ele olha assim, um outro de novo. “E você?”. “Ah, eu fui morar no estrangeiro”. “E daí?”. “Foi um inferno. Lá eu fui varrer chão de bares, horrível. Todos me maltratavam e tal. Voltei para cá”. Aí ele fala: “Puxa”, e tal. Aí ele olha o garçom do lado, o mais triste de todos. Ele de novo como garçom. “E você?”. “Casei com a Lurdes”.

A.C – Casou com a Lurdes. [Risos]

J.M – [Risos] Nem sei o nome, era isso. Mas é um pouco isso.

A.C – Mas enfim, o seu curso, então você fez a faculdade Mackenzie, e o seu curso, como é que você avalia o seu curso? Foi bom? Professores... Como é que você viveu esse tempo?

J.M – Eu acho que tinha uma mescla, assim. Eu acho que a gente tinha bons professores, que estavam realmente preocupados em ensinar, tal. E tivemos alguns professores que faziam a vontade dos alunos, que é sempre não estudar nada. E no primeiro ano você entra, e como você tem aquelas matérias básicas, é muito interessante porque você acha que você sabe mais do que o professor, não é. Primeiro ano, vem dar Direito, que Direito, vem dar português, que português. Você quer é enfrentar júri, você quer ver outras matérias, então você vai aprender técnica contábil, não é. Você não vê muito sentido. Aí quando você chega no quinto ano, quando você vai sair da faculdade, as pessoas já começam a te consultar, não é. “Olha, eu tenho um tio que foi demitido...”, “Olha, a minha sogra morreu, e eu...” Aí você se dá conta que você não sabe nada. Aí te dá um desespero querendo aprender. Aí você fica lendo, lendo, lendo, aí você fica desesperado, porque você vai se formar, vai sair e não sabe absolutamente nada, não é. Acho que essa é a tônica dos estudantes, de um modo geral, em Direito pelos menos, eu acho que é essa. A faculdade foi boa. Eu trabalhava, não é, durante o dia, estudava à noite. Ainda durante um período próximo ao final eu fazia um curso de manhã. Eu vinha para São Paulo para fazer um curso, que era o Damásio, um curso preparatório para a carreira jurídica mesmo. Fazia Damásio de manhã, voltava para Vargem Grande, trabalhar e vinha para cá à noite para a faculdade.

A.C – Era muito bom poder ter esse tipo de trabalho, evidentemente que você podia usar o seu horário, ter uma liberdade, quer dizer, nesse sentido isso foi providencial, não é.

J.M – É, minha mãe me ajudava muito, não é, minha mãe me ajudava muito. Minha mãe foi uma mãe mesmo. [Risos] Ela cuidou da loja, mesmo nesse período todo que eu construí, ela não tirava dinheiro da loja, era tudo para mim...

A.C – Aí na qualidade de mãe eu acho que ela fez muito bem, toda mãe faz isso mesmo, tem que ser assim. E certamente não se arrependeu de jeito nenhum.

J.M – Eu construí a casa, foi legal. A gente tem um carinho muito grande.

A.C – Ela não tem a história do Veríssimo para pensar.

J.M – Não[Risos]

A.C – Com certeza, isso não aconteceu. E nesse curso de Direito, quando foi que apareceu o interesse pelo Direito do Trabalho, ou ele já existia em função de sua experiência anterior tão, vamos dizer assim, cheia de diversidade e desde muito cedo, não sei.

J.M – Olha, eu acho que na faculdade, é engraçado porque, assim, eu sempre na minha vida, eu sempre me conhecendo, quando eu tinha que estudar, quando estava apertado por causa de uma nota, eu sempre estudava, sempre tirava a nota buscada assim. Então, na faculdade era um pouco assim, eu me esforçava nos primeiros semestres, completava a nota, porque ia somando, o primeiro, eu não me lembro se era trimestre ou era bimestre, primeiro, segundo, terceiro... Quando você já tinha às vezes média, aí no outro você precisa de dois para passar. Aí eu tirava o dois. [Risos] Mas Penal não, eu adorava Penal, eu fui o primeiro aluno da classe até, em um determinado ano lá, eu fui o que tirei a maior nota em Penal e tal. Tinha uma promotora, eu vinha assistir o júri com ela, me empolguei com Penal. Fui fazer a prova da OAB, peguei todos os livros, porque tinha uma prova para ingressar na Ordem dos Advogados. E essa prova era feita na própria faculdade, o pessoal da OAB que ia lá e dava, fazia a prova lá. E eu levei todos os livros de Direito Penal. No entanto, na hora da prova, qual era a prova? Era um cliente seu, tinha, você podia optar, mas eles davam todas as provas para você ler, a de Civil e a de Penal. E eu primeiro fui ver a de Penal, já fiquei na dúvida se cabia um recurso, ou um hábeas corpus, ou um mandato de segurança, já fiquei meio em dúvida. Mas aí eu peguei a prova de Direito Civil, um cliente seu teve cruzados bloqueados,[entente] a medida correta. [Risos]

A.C – E você tinha feito essa ação...

J.M – E eu tinha viajado graças à Zélia. Enfim, aí sem ter livro nenhum, sem consultar nada, eu fui fazendo a prova de cabeça, assim. Só pedi para o professor se ele me

emprestava algum código de alguém que não estivesse usando que eu só precisava de uns três artigos. E tirei dez nessa prova na OAB, no Civil. Mas então ingressei na OAB com nota dez, nem precisei fazer o oral, porque teria um oral quem tivesse menos de sete. Mas como eu tinha tirado dez... Foi de novo à Zélia quem me deu sorte naquele momento. E saí para a advocacia sem muita pretensão, talvez. Magistratura eu não queria nesse primeiro momento porque, assim, eu sabia da minha carência, eu não tinha conhecimentos. Tanto que o meu desespero era esse, as pessoas virem e me perguntar e eu não saber, não saber, não saber. Eu saí da faculdade, me formei, tirei a carteira e a primeira coisa, não tinha ninguém na família na área do Direito, ninguém, mas tinha um rapaz também, na ocasião um advogado muito humilde, muito humilde mesmo, de Ibiúna, já mais velho e que fez, tinha acabado de fazer Direito, que era do PT, assim... Sabe, até me chama muito a atenção a primeira imagem dele porque hoje ele é totalmente diferente disso, mas aquela daquele paletó listrado, tipo de crente do interior, sabe, aquela gravatinha assim, bem humilde e tal. E ele como advogado ele mudou muito o perfil, hoje completamente diferente, com bigodão. E ele tinha, já estava um pouquinho melhor aí, porque essa é a primeira imagem dele, mas quando eu me formei ele já estava com escritório em Cotia. Falei: “Olha, eu vou trabalhar como seu estagiário lá”.

A.C – Como era o nome desse advogado?

J.M – José de Oliveira.

A.C - José de Oliveira.

J.M – E aí eu falei: “Eu vou trabalhar com você”. E ele falou: “Não, não vai não...” Falei: “Não, eu vou de graça, eu quero aprender”. E realmente, eu fiquei três ou quatro meses com ele, no escritório dele trabalhando de graça para aprender, como fazer uma petição, como entregar e despachar, o que fazia com a petição depois que o juiz despachava, não é, que guia recolhe, onde recolhe, tudo, como funcionava. Porque até conhecimento genérico eu até tinha bem. E ele conhecia o pessoal de um sindicato que estava mandando embora o advogado, que era uma advogada. E aí ele me indicou.

“Não, vai lá, porque qualquer dificuldade eu estou por trás também”. Então eu fui trabalhar no sindicato dos trabalhadores, no Sindicato das Costureiras.

A.C – Foi ser advogado de sindicato.

J.M – Sindicato das Costureiras. E era plantão, não é. Então eram dois plantões por semana, três horas, alguma coisa assim. Então era bom porque eu já tinha o fixo. E eu não tinha nem carteira da Ordem. As primeiras ações que eu fiz no sindicato, contratado como advogado, ele que assinou para mim, porque eu não tinha nem carteira da Ordem.

A.C – Porque não tinha saído ainda, você já tinha feito o exame.

J.M - Não tinha saído, não tinha saído, eu já tinha feito o exame, mas não tinha saído. E, um pouco disso, um pouco do PT, dos trabalhadores e tal, dessa coisa toda, mas até ali sem muita definição. Prestei concurso para delegado, um aqui em São Paulo, não passei. Queria, naquele momento eu queria realmente o Ministério Público.

A.C – Chegou a fazer concurso?

J.M – Eu fiz um só em Curitiba. Era, a primeira fase a gente passou, depois tivemos uma segunda fase, cinco dias de prova e tal. Porque eu não tinha maturidade para ser juiz, eu sabia que eu não tinha maturidade, que eu não tinha conhecimentos, que eu não tinha experiência de vida, que eu não saberia definir da vida das pessoas ainda naquele momento. Eu tinha muita consciência disso. É engraçado, porque hoje a gente vê a garotada que não tem consciência dos seus limites e tal. E eu tinha, tinha muita consciência, disse: “Não, não quero magistratura, não quero”. E fiquei. E aí fui advogando, fui advogando bastante, aí como advogado eu tinha um escritório que eu montei na casa da minha mãe, eu trabalhei lá com o José de Oliveira, trabalhei nesse sindicato, fazia assistência judiciária gratuita pela OAB, com a Procuradoria. Gratuita para os outros, os advogados sempre ganhava lá um pouquinho, um valorzinho pequeno, mas eu ganhava. E depois eu fui, com esse envolvimento do PT, aí fazendo petições dos mais, na época petição para entrar, ou para liberar algum amigo que estava

com algum, porque tinha sido pego com carro de som fora do horário, enfim, todas essas questões políticas aí que envolviam a atuação de advogado eu comecei a fazer. Em 92 nós tivemos a eleição. E eu dirigi todo o aspecto legal da eleição do Roque de Moraes, que era o candidato a prefeito do PSDB, com quem a gente tinha feito uma coligação naquele momento. E recursos e petições desse momento. E o Roque me chamou, porque assim, em paralelo trabalhando no meu escritório em casa onde tem cíveis e tal, fazendo criminal pela assistência judicial e fazendo trabalhista pelo sindicato.

A.C – Pelo sindicato. Você estava fazendo tudo.

J.M – Tudo. E assim, e fazendo o [Damásio](#), que era esse curso preparatório. Então eu estava muito bem, muito preparado do ponto de vista, ainda mais tendo em conta a nossa cidade, que os advogados que tinha eram uns advogados anteriores à Constituição de 88. E comigo, a Constituição de 88 mudou no meu segundo, terceiro ano de faculdade.

A.C – Você formou mesmo em que ano?

J.M – Final de 90.

A.C – Final de 90. É isso mesmo, você já falou.

J.M – Então eu tive assim, o benefício, porque a Constituição alterou muito enquanto eu estava ainda na faculdade. Então eu estudei toda aquela transformação. Participei do processo Constituinte, nós fizemos debates lá, eu levei Plínio de Arruda Sampaio em Vargem Grande, porque ele era deputado constituinte. Então ele foi, deu uma palestra lá na paróquia para a gente, o que era a importância de ser constituinte. Eu, na ocasião, eu saía da palestra para os vereadores porque eles seriam os constituintes municipais. Então eu saía ali, eu ia dar palestra para Mairinque, São Roque, aquelas cidades, do qual seria a função para o PT, para os candidatos a vereador do PT, qual seria a função dos

vereadores constituintes que iam fazer as leis orgânicas dos municípios e tal. Então, isso me capacitou, eu me senti preparado para assumir a Procuradoria.

A.C – Foi o Roque que te chamou então.

J.M – O Roque que me chamou.

A.C – Certo.

J.M – E na ocasião aconteceu uma coisa sui generis, porque nós estamos em Vargem Grande, porque o grupo do PT, a não ser os professores que já tinham pela rede estadual o seu cargo de trabalho, os demais não tinham formação universitária. E os cargos em comissão da prefeitura da pequena cidade, os cargos exigiam para o direito de nomeação o curso superior. E no PT não tinha ninguém, a não ser eu, com direito. Porque os outros já eram professores, não iam largar a carreira no estado para ser chefe de departamento de uma prefeitura pequena em Vargem Grande. Então eu fui procurador geral da cidade. E, realmente, o prefeito anterior tinha morrido, o Elias. Ficou o vice, o Alziro. O outro que veio na seqüência, que foi o Papagaio, ficou dois, três anos, foi cassado. E assumiu no lugar dele um rapaz bom lá de Vargem Grande, mas que era frentista de posto de gasolina, que não tinha a menor condição de ser prefeito, por mais carinho que a gente tivesse por ele e tal, mas realmente não tinha vocação. Porque o vice do papagaio tinha renunciado no meio da campanha, porque não confiava no Papagaio. E colocaram o vice, e ele colocou o rapaz, o frentista do posto. E foi prefeito, esse rapaz, porque o papagaio foi cassado por corrupção. Então, foi muito paralela a situação de Vargem Grande com a situação do Brasil. O prefeito morreu no meio do mandato, assumiu o vice. A nível nacional, o Tancredo morreu, assumiu o Sarney. No meio do mandato o Papagaio é cassado. O Collor é cassado. Então foi muito similar aquele período a história de Vargem Grande, parece assim, eu sou você amanhã, com...

J.M - ... com a situação do Brasil. E por conta disso as contas do Tribunal de Contas da Prefeitura de Vargem Grande foram rejeitadas em 88, 89, 90 e 91. Em 92 a gente

assumiu 1º de janeiro, eu fiquei exatamente um ano, eu saí seis de janeiro do ano seguinte. Foi um dos anos que eu mais trabalhei na minha vida, para fazer novo Código Tributário, reformas administrativas e aprovamos as conta, o Tribunal de Contas deu um parecer favorável ao ano de 92 pela a aprovação. Em 93, aí, eu saí em janeiro, não é, de 93, em 93 já veio com sugestão para rejeição das contas. Então assim, o meu ano na prefeitura...

A.C – Deu tudo certo.

J.M – Eu trabalhei muito e tal, mas, em paralelo, o que é que começou a acontecer, no PT um pouco de ciúme. Um grupo pequeno, não é, de repente eu assumindo a procuradoria da cidade, não é, e tendo aquele desempenho e tal... E o PT não tinha mecanismos de trabalhar na prefeitura, e o Roque de Moraes, não que ele me colocou por ser do PT. Ele gostava muito de mim como pessoa, ele confiava plenamente em mim, entendeu? Tanto que quando eu fui assumir eu falei para ele: “Olha, se você estiver a fim de fazer tramóia, não me convide, porque tudo vai passar pelo jurídico. E eu não vou topa”. E ele: “Não, não, eu quero, pode mandar bala”. Então está bom, fiquei. Aí houve sim também, a minha saída da prefeitura foram dois motivos. Um, eu acho que o mais predominante foi um pouco ciúme do PT, o PT não soube administrar essa questão de ele estar na administração e não querer estar na administração, querer mais espaço, mas não ter condições de ter mais espaço. Então, houve um conflito e em um determinado momento eu estava conversando com um petista nosso, o meu carinho por ele era grande demais, assim, muito grande. Eu estava falando para ele que eu estava muito cansado, trabalhando horrores, trabalhando muito, e o salário de uma prefeitura pequena, pequena, eu tinha basicamente fechado o meu escritório, estava em tempo integral na prefeitura fazendo Código Tributário, reforma administrativa, todos aqueles problemas das gestões anteriores, não é, de corrupção, de processos que a gente abriu, sindicância, aquela coisa, não é. Eu mandei sete advogados embora na ocasião e duas assessorias, e aí ficamos em três, eu trouxe um colega de São Roque e uma que já estava lá que a gente manteve. Então, ficamos em três no lugar de sete, e fazendo e tal, naquela questão de economia, cortando as despesas do departamento, aquela coisa

revolucionária e tal. E eu, estava perto do final do ano, estava comentando com ele que eu estava muito cansado, que não estava valendo...

A.C – A pena, não é.

J.M – Até a pena no aspecto financeiro. E aí ele falando assim: “Ah bom, então qual o seu interesse lá?” E isso para mim, sabe, foi uma dor tão grande, que alguém que eu queria tanto, que tinha um carinho tão grande, que conhecia ali do PT juntos, tinha sido candidato e eu fui padrinho de casamento dele e tal. E quando falou isso me lembrei porque é que eu não tinha sido candidato antes, porque eu jamais queria ter, que a minha questão, “Então qual era o interesse?”. Quando eu me dei conta que o próprio companheiro, que além de companheiro amigo, querido, deixava insinuar qualquer coisa assim, aquilo para mim foi, sabe assim, isso deve ter sido em outubro, eu terminei o Código Tributário que faltava... E teve também um descontentamento com a atuação do prefeito, que ele isentou um cara lá que não valia a pena isentar de tributos e tal, cumpriu um contrato que eu era contra cumprir... Embora gostando dele enquanto pessoa, eu e um outro diretor saímos. Mas o que me levou mais a sair foi realmente essa circunstância do PT.

A.C – Dentro do próprio partido.

J.M - Dentro do próprio partido, que não soube lidar com isso, não estava maduro ainda. E aí tivemos uma reunião no PT, e eu falei: “Olha, eu estou saindo, estou deixando a administração”. Nós tínhamos feito, naquele um ano, nós fizemos coisa que nem o PT de Erundina tinha feito em São Paulo. Nós fizemos uma reunião pública para discutir o valor do IPTU. Chamei todas as associações de bairro, que não tinha sindicato, todos os presidentes de partidos na Câmara Municipal. O prefeito ia mandar a proposta, discutir com modelos, quanto ficava o IPTU de cada lugar, qual eram as tarifas de IPTU que a gente ia ter, que era coisa totalmente inovadora ali, não é, o primeiro ano. E o PT não foi ninguém. Ou seja, o primeiro evento social que se tem... E não foi por, não foi por, sabe, ninguém foi...

A.C – Não foi porque não quis, não deu importância, não é.

J.M – Não deu importância, mas não assim, “Vamos boicotar”, não foi boicote, foi, sabe, aquela coisa de não se preocupar com o negócio mais bonito em termos de administração, de participação. Você vai discutir o tributo, o orçamento, quanto que vai arrecadar, em que vai, porque ao falar que ia arrecadar você vai ter que falar em que. E estavam todos os outros partidos, vereadores, líderes de bairro, e não tinha ninguém do PT. Ou seja, eu como petista, dentro da administração promovi o primeiro ato de abertura da administração para o popular e o PT próprio não tinha participado. E aí eu coloquei isso nessa reunião e falei inclusive, relatei essa conversa com o meu afilhado de casamento, ele estava presente, foi inclusive, o que me desgostou mesmo foi ouvir do próprio, dele próprio e tal. Aí ele falou: “Não, mas não foi nesse sentido, queria saber qual o seu interesse, porque é que você continuava, qual o interesse político, administrativo e tal, e não esse”. Eu falei: “Olha, não foi o que me transpareceu, não é. O PT quiser assumir, converse direto com o Roque”. E naquele momento eu saí do PT.

A.C – Sei. Você saiu da administração e do PT.

J.M – E do PT. Embora continuando petista, embora acreditando. Mas por essa, eu falei não vale a pena do ponto de vista pessoal, para mim era muito forte, porque aquele um ano tinha sido de muito aprendizado, de importância, porque exercer, de ego também, por exercer um cargo ali de procurador geral. Mas de doação, de doação também, ou seja, tinha as duas coisas. E de repente eu ver que nem dentro do meu partido isso estava sendo reconhecido...

A.C – Isso estava sendo reconhecido...

J.M – Então eu saí, exatamente entreguei o Código Tributário que foi aprovado na Câmara depois de um ano, e dia seis de janeiro eu saí da prefeitura. E aí eu já saí, saí do PT, já saí pensando em ser juiz do trabalho, por que? Porque eu tinha aquela atuação, porque eu tinha ficado antes de eu assumir na prefeitura, eu tinha ficado de 91 a 92 no sindicato, e fazia muitas audiências trabalhistas, muitas, muitas, era de chegar assim 12 seguidas, não é. Então chegava lá, sentava à mesa do juiz e só ia mudando a outra parte.

E aí eu tinha muita maturidade já para administrar uma, até porque já tinha sido procurador geral, tivemos todos aqueles embates políticos e tudo. Tinha feito muitos júris pelo crime, tinha feito acho sete júris, tribunal de júris, sempre estive muito bem, não é, uma atuação muito boa no júri. Nos comícios todos pela cidade, eu era uma das principais oratórias...

A.C – Ou seja, a sua auto-avaliação era tranqüila, já tinha maturidade.

J.M – Já tinha maturidade, até pelos cursos que tinha feito, Damásio...

A.C – Experiência, e tudo...

J.M – Então eu falei, e era o que eu dominava, uma audiência trabalhista para mim, eu faria com o pé nas costas. E realmente, quando ingressei na magistratura, no segundo dia eu fiz a pauta toda de audiência.

A.C – Você fez então o concurso e passou...

J.M – Não.

A.C – Como é que foi?

J.M – Não, aí, eu falei para mim, isso eu saí em seis de janeiro de 93, aí eu falei: “Em um ano eu serei juiz do trabalho”. Em janeiro eu saí, em fevereiro eu comecei um curso específico aqui, que é o do Robortella, continuei fazendo ainda mais um pouco de Damásio, eu acho e fui fazendo alguns cursinhos pequenos do Cláudio Corrêa, curso de sentença com outro, entendeu?

A.C – Como é o nome desse curso específico que você fez?

J.M – Robortella.

A.C – Robortella. Assim mesmo?

J.M – É, Robortella.

A.C – É um nome...

J.M – É um nome de uma família de advogados aqui, trabalhistas, são autores de livros e tal, e um deles tinha um curso.

A.C – E é preparatório para a magistratura do trabalho.

J.M – Para a magistratura do trabalho, para a procuradoria do trabalho.

A.C – Certo.

J.M – E aí eu fiz esse curso, e ao mesmo tempo continuando advogando. E aí eu deixando a prefeitura eu comecei a dar assessoria para o PMDB de São Roque, que era o pessoal progressista, que era o pessoal que tinha vindo do PCB, e que estava, como o Goldman. Foi do PCB, depois ficou no PMDB um tempo com o Quércia, não é, o Goldman. Então era um pessoal mais progressista e tal, que tinha ficado no PMDB de São Roque, comecei a dar assessoria para eles na oposição ao prefeito Sanches, que depois foi assassinado em São Roque, não sei se você recorda. O filho mandou matar, com a mulher, mandou matar, o prefeito foi achado morto, e aí prenderam os caras depois que tinham assassinado, e aí tinha o envolvimento da ex-mulher dele. E nesse período até parou um monte de ações que a gente tinha contra ele porque a morte acabou, ninguém queria isso, lógico. E ao sair da prefeitura eu também fui convidado para trabalhar na Câmara Municipal de Mairinque, como assessor da Câmara no aspecto legislativo.

A.C – E aí foi também.

J.M – Fui. Na Câmara era duas vezes por semana, não é. Tinha plantão na Câmara no dia de sessão e pareceres em processos lá, o que não me impedia de advogar, de

continuar estudando e de prestar as assessorias para o PMDB de São Roque. Era pouca coisa, não é.

A.C – Mas de qualquer forma a vida era puxada porque fazia curso em São Paulo, trabalhava...

J.M – Tinha casado em 91.

A.C – Pois é, trabalhava em São Roque, em Mairinque, mas estava em Vargem Grande...

J.M – Exatamente. [Risos]

A.C – É, a vida era puxada.

J.M – Era puxada. Porque se estava no momento, não é.

A.C - E quando foi o concurso?

J.M – Aí o concurso. Eu fui fazendo todos esses cursos, e fui prestando concursos em [carreatos] não é, eu prestei concurso no TRT de Campinas, prestei em Curitiba, prestei em Santa Catarina, Santa Catarina, Curitiba, Campinas e São Paulo. Eu prestei sete. Ah, porque foram dois em Campinas e dois em Curitiba, nesse período abriram dois... Ah, e eu prestei no Espírito Santo. Então prestei oito concursos.

A.C – Oito concursos.

J.M - Oito concursos. Eu tinha na cabeça sete, porque sei lá. E eu sempre tomava pau, porque o de São Paulo foi o último, e eu sempre tomava pau na segunda fase, na primeira eu ia muito bem. Na segunda fase, que era escrita, eu dançava. E aí eu achei que eu estava escrevendo muito. E realmente, no de São Paulo, quando eu fui para a segunda fase eu escrevi menos, deixei a coisa mais enxuta, não é. Aí eu fui aprovado na

segunda fase e, aí eu sempre falei: “Se eu sou aprovado na segunda eu vou direto”. E aí eu trouxe a responsabilidade para mim. E agora?

A.C – Agora tem que ir.

J.M – Agora tem que ir. E realmente, porque eu falava assim, “Sentença, eu sou bom em argumentos, não é”, por toda essa vida de política, “Em argumentos eu sou bom, para fundamentar, sentença eu vou bem. O oral todo mundo passa”. Eu tinha essa noção que o oral todo mundo passava. E quando eu fui para o oral a responsabilidade foi maior ainda. E aí eu passei mal quando eu fui para o oral, eu tinha sinusite, rinite, sempre tive isso, e ali, fazia alguns anos que não me dava... E quando eu passei na de sentença, que eu fui pro oral, me atacou. Me atacou, porque era psicológico. Agora eu tenho que passar. E foi por um triz, porque um examinador, o presidente do TST hoje me deu quatro na ocasião. Mas um outro juiz me deu seis. Então, eu obtive a média cinco, o outro também, aí passei.

A.C – E aí como é que começa a sua carreira como magistrado, você vai para onde?

J.M – Ah, eu comecei vindo aqui em São Paulo, não é, fiquei aqui um ou dois meses na 19ª Vara, com a juíza Olívia, que foi sensacional comigo nesse contato, não é. Porque a gente ficava um mês ajudando um juiz, aprendendo e tal, não é, e ficava ao lado na mesa de audiência, e ao mesmo tempo fazendo, participando de algumas palestras que a própria amatra dava. O TRT não dava nada, não dava instrução nenhuma, o sujeito passava e já ia para luta, já era jogado aos leões assim, não é. A única coisa que tinha é que a gente ficava um mês com essa juíza. Tanto que no primeiro dia eu fiquei ao lado dela vendo ela dirigir as audiências, ela conversava comigo e tal, não é. Aí no segundo dia eu cheguei e falei para ela: “Eu vou fazer a audiência”. Ela: “Quantas?”. Eu falei: “Todas”. Ela ficou do ladinho, porque eu tinha muita segurança. E realmente, fiquei tocando as audiências porque tinha mesmo, apanhei, não é, lógico, você sempre apanha em alguma coisa. Mas tive muito orgulho, na família, uma família humilde, pobre, foi assim uma benção. Minha mãe, minha tia, que é uma segunda mãe para mim, aquele orgulho.

A.C – E com Toda a razão.

J.M – Todo mundo, “ Ah, o Lúcio agora é juiz, juiz e tal”.

A.C – Queria perguntar uma coisa para você, esse procedimento de ficar um mês ao lado de um juiz isso, na época, era alguma coisa que se fazia em geral ou aqui em São Paulo em especial, você sabe?

J.M – Olha, todo o TRT tem uma forma diferente de atuar, não é.

A.C – Sei.

J.M – Então eu não saberia te dizer hoje como era isso na ocasião nos outros TRTs.

A.C – Mas aqui em São Paulo era prática comum.

J.M – Aqui em São Paulo foi assim, cada corregedor adotava um procedimento diferente. Eu lembro que a turma do 51, que veio um ou dois concursos antes do meu, turma do 51, porque foi o concurso que mais aprovou gente, foram aprovados 51 juizes. No meu foram 22. Eu fui o quarto colocado na ocasião. E no pessoal do 51 eu soube que foi muito diferente o método. Nesse meu a amatra que fazia as palestras.

A.C – Esse, além de ter esse um mês junto com o juiz, ainda havia essas palestras da amatra.

J.M – É, então a gente ia de manhã fazer as palestras, três ou quatro vezes por semana, os colegas, não é, os juizes aí que vinham dar um pouquinho da experiência em determinadas matérias e à tarde a gente ia para as audiências.

A.C – Para as audiências.

J.M – Para as audiências.

A.C – E você logo começou a fazer as audiências, você mesmo.

J.M – Sim, no segundo dia já... A Olívia ficou ao lado...

A.C – O que mostra que a juíza era muito legal mesmo, não é.

J.M – Não, geralmente todos agem aqui assim. Se entrar alguém e estiver afim, a gente deixa mesmo. O quanto antes amadurecer melhor. Porque assim, eu percebi também que eu tinha que aproveitar esse período porque no 31º dia eu ia estar sozinho em uma vara. Então se eu não aproveitasse esse período para me amadurecer, ainda mais aproveitando que ela estaria ou ali do lado, porque no terceiro dia nem do lado ela ficou, ela já ficou no gabinete. Então quando eu tinha algum problema eu ia lá. “Olha, aconteceu e tal...”.

A.C – Mas enfim, fazia uma supervisão, o que eu acho que deve ser uma coisa excelente, realmente.

J.M – Foi, foi extraordinário. Eu, assim, é lógico, comparado com outros tribunais, outros países, em Portugal são dois anos. Você ingressa na magistratura, você fica um ano fazendo curso e um ano como juiz estagiário, para depois você ficar sozinho, não é. Então, é lógico, uma preparação adequada seria bem diferente do que a gente teve, porque isso, embora o carinho das pessoas tenha sido excelente e tal, a preparação é inadequada. E continua sendo.

A.C – É, mas perto de alguns depoimentos que eu tenho ouvido, de juizes que dizem que no dia seguinte estavam sozinhos na vara, foi realmente...

J.M – Claro, claro.

A.C – E isso continua sendo feito então?

J.M – Hoje já está um pouquinho melhor. Hoje já tem, o curso é um pouco maior, acho que nessa última turma estamos com 45 dias de curso, todos os dias, uma ou duas palestras por dia, o que já tem um pouquinho mais de consistência. E foi estabelecido um projeto, eles pegam duas audiências, três, quatro, algo mais pausado. Ainda assim, muito melhor até do que a gente, não é, mas ainda assim insuficiente mesmo porque...

A.C – Agora de qualquer forma, esse tipo de articulação, hoje, agora que eu estou me referindo, é feito em parceria da amatra com o TRT, ou é a amatra...

J.M – Não, agora só o TRT.

A.C – Só o TRT. Mas essas palestras são da amatra.

J.M – Não.

A.C – Também não.

J.M – Também não. A Escola de Magistratura é do TRT.

A.C – Então isso mudou.

J.M – Isso mudou. Isso mudou já em gestões anteriores. O TRT...

A.C – Porque quando você entrou...

J.M – Retirou da amatra, e aí teve um motivo político, não é. Porque a amatra geralmente tem conflitos com os TRTs, com as administrações dos TRTs. E o TRT deixava justamente a amatra dar as primeiras lições. E é claro, na escolha, colegas maravilhosos que vieram dar palestras para a gente, maravilhosos, não tenho nada a reparar. Mas eram colegas todos eles vinculados à amatra.

A.C – Certo.

J.M – Não é, e, portanto, você entra na magistratura recebendo “instrução” de diversos colegas de uma única...

A.C – Associação.

J.M – De um único grupo, não é, é lógico que a sua tendência em relação ao outro grupo fica desfavorecida, não é. E engraçado também que não aconteceu isso comigo porque eu ingressei, participei da amatra com esses colegas maravilhosos e tal, fui auxiliado pela Olívia, e no entanto fui oposição à Olívia na gestão dela na amatra, que ela foi presidente e eu fui chapa de oposição na sucessão. Quis o destino, enfim que... [Risos]

A.C – Mas de qualquer forma, voltando a esse ponto, a uma certa altura o TRT resolve que é melhor que ele mesmo conduza esse processo de, vamos dizer, iniciação dos magistrados aprovados.

J.M – E o que é, agora tirando toda essa abordagem política, é o que é o correto. É uma função realmente institucional do órgão de poder, do órgão administrativo dar esse preparo, essa iniciação para os juizes servidores e tudo isso. A associação, é lógico, cumpre um papel importante discutindo, apresentando, participando, e nós fomos chamados, eu creio que nas outras gestões também, sempre alguém da amatra é chamado para dar palestra, para...

A.C – Não é uma coisa que exclui, mas também é uma coisa que fica sob a direção do próprio TRT.

J.M – Do próprio TRT. É lógico, a gente quer que isso seja cada vez melhor sempre. Então a gente tem atuações propositivas nesse sentido. Mas deve sim, deve sim, em alguns locais as amatras brigam porque querem isso, justamente por essa questão mesmo política não é, de já ir “doutrinando” ou se preocupando com a doutrinação do TRT. Porque uma das coisas que nos preocupa, isso de um modo geral, é que as escolas

de magistratura sejam utilizadas apenas e tão somente para transmitir a hierarquia jurisdicional, o respeito à hierarquia jurisdicional. Então, o cuidado que se deve ter nesses cursos é não transformar o juiz em um cordeiro, não transformar o juiz em um reprodutor de idéias pré-concebidas. Então isso é uma preocupação, porque alguns tribunais usam também esse momento para “Olha, tem que cumprir súmulas, tem que cumprir enunciado, não pode descumprir o que...”, e incute isso como um valor, como uma referencia que é difícil tirar e que prejudica efetivamente a construção de sentença, de decisões, que devem ser justas, comprometidas com a sociedade, enfim, com as leis e com tudo isso, através de uma construção individual do magistrado diante daquele caso, e não por questões pré-concebidas e de coisas assim. Então essa é uma preocupação que tem. Algumas amatas querem trazer isso para si em razão dessa preocupação também é legítima. Agora, o que eu acho que, realmente, deve ser o Tribunal que deve dar esse curso de formação, com o apoio das entidades e das associações e com a...

A.C – Quanto melhor o relacionamento entre a amatra e o TRT da região tanto melhor isso. No caso aqui de vocês agora, até aproveitando a oportunidade que você está presidindo a amatra aqui, esse relacionamento é bom?

J.M – Então, olha só que engraçado. Nas gestões que me sucederam na amatra havia um conflito enorme com o TRT, inicialmente amplamente justificado, amplamente justificado porque a gente vinha lá de um TRT paulista de Nicolau. A gente vinha de uma estrutura de classistas muito forte e que dominavam a administração do tribunal, não é. Então, que não abria o tribunal, que tinha procedimentos às vezes, não é...

A.C – Complicados.

J.M – Complicados de transparência, de envolvimento plural democrático mesmo na estrutura do tribunal. Então, em alguns momentos se precisava sim ter uma entidade que se opusesse a isso de uma maneira forte e tal. Com o passar do tempo, com a queda dos classistas, o que é que foi acontecendo com o tribunal? O tribunal foi remoçando porque os colegas de primeiro grau começaram a assumir todos esses cargos. Teve uma primeira reforma da previdência que colaborou bastante com que colegas também se

aposentassem, não é, a primeira reforma de 98, e isso ocasionou uma transformação muito grande. Só de classistas foram mais de 20 substituídos por juiz de carreira. Então no tribunal houve uma transformação bastante forte e que já nas últimas, na penúltima gestão, em relação a minha, não é justificado aquele clima de oposição ao tribunal que se tinha, embora alguns momentos circunstanciais se faz necessário isso, não é. Mas não como fonte de existência, porque a amatra há muito tempo tinha como fonte de existência bater no tribunal. Me lembrou muito aqueles partidos de esquerda, naqueles momentos, que queriam um cadáver para subir em cima e fazer o discurso. Então me lembrava muito isso aqui a amatra, me dava essa sensação, a mim. Pode até não ser verdadeira, mas é a sensação que eu tenho, que queria um conflito pra justamente para sair como defensor da...

A.C – Ter uma bandeira.

J.M – Ter uma bandeira. Mas isso, e a impressão que eu tenho, não era só uma impressão minha, tanto que a gente ganhou a eleição depois de 12 anos de um mesmo grupo dirigindo a amatra, não é.

A.C – Essa eleição foi quando?

J.M – Em 2000 e...Foi 2004, 2004.

A.C – Foi o ano passado. Quer dizer, depois de 12 anos.

J.M – Depois de 12 anos de um mesmo grupo a gente ganhou a eleição. E o que aconteceu? [Riso] Engraçado porque a presidente do TRT antes com o presidente da amatra vivia em conflitos muito fortes, muito fortes, grupos distintos. Aí nós ganhamos a eleição da amatra. E tínhamos um relacionamento bom com a presidenta do TRT. Tanto que nos cedeu esse espaço, lógico, movimentação nossa, a gente conseguiu trabalhar algumas coisas interessantes com a presidenta do TRT, encaminhamos um projeto de 141 novos cargos de juiz substituto, que hoje está na Câmara... Graças a esse bom envolvimento. Isso não impediu que o final da gestão daquela presidenta tivesse

sido conflituoso com a gente. Mas até, eu digo mais por conta da posição que ela assumiu em relação a gente do que a gente em relação à ela, porque o meu perfil não é de conflito, é sim, de ter oposição sobre determinados atos, mas sem impedir que em outras coisas se encaminhe junto com respeito. E algumas pessoas acham assim, se você diverge de mim nesse ponto, pronto, você é meu inimigo, não é. Sem perceber que não é assim, eu divirjo de você nesse ponto, mas naquele, naquele, naquele, naquele...

A.C – Pode concordar com outro, ué.

J.M – Mas enfim, houve um pouquinho de conflito no final, mas mais por conta dela do que pela gente, também não teve nada que ocasionasse. Não. E aí assumiu na presidência do TRT a nova presidenta, que era justamente do grupo que eu substituí na amatra. [Risos]

A.C – Sei.

J.M – Então, o conflito antes era porque a presidente do TRT era de um grupo, agora inverteu.

A.C – Agora inverteu.

J.M – Houve essa inversão. Eu gosto muito da Dora também, que é a atual presidente, gosto mesmo, ela foi muito bacana comigo em um determinado momento da carreira, mas...

A.C – Está difícil.

J.M – Está um pouco complicado, está um pouco complicado sim. A gente tem algumas dificuldades, estamos caminhando bem em muitas coisas. É engraçado isso, porque a gente está caminhando bem em alguns pontos institucionais, com a corregedoria a gente está conseguindo construir algumas formas de procedimentos bacanas e tal, com o aval da Dora, da dr^a Dora, inclusive. Mas no ponto pessoal a gente não, e eu ousar dizer de

novo, mais por um lado dela até do que pelo meu. [Risos] Mas, porque eu sou muito tranqüilo, assim, no relacionamento.

A.C – Agora, vou voltar então atrás, a gente fez um certo desvio, vou voltar. Você entrou, teve esse período de iniciação, digamos, de socialização aqui com a juíza Olívia, com as palestras e a seguir como é que se desenvolve a sua carreira?

J.M – Bom, aí eu fui para 53, 53ª Vara, que na época era junta, porque tinha os classistas.

A.C – Sei. Ah, você ainda pegou classista.

J.M – Peguei.

A.C – É, porque vai até 99, não é.

J.M – É, eu estou falando aí em 95. Eu ingressei...

A.C – Está certo, vai até 99, não é.

J.M – Eu ingressei em sete de abril de 95 no 16º concurso da magistratura aqui de São Paulo. Fomos 22 aprovados.

A.C – E você vai para essa junta...

J.M – Aí...

A.C – Aqui em São Paulo mesmo.

J.M - Aqui em São Paulo mesmo.

A.C – Tudo sempre aqui em São Paulo.

J.M – Sempre. Fiquei em férias ou alguma licença que não me recordo hoje, não é, fiquei na 53ª durante um período. Aí eu fui, eu acho que eu fui para Osasco um mês... Eu fui substituir em Osasco um mês, porque é a minha região, mais próximo de Vargem Grande, Osasco. Depois voltei para São Paulo na 37. Estava trabalhando na 37 em um projeto, até do presidente [Aidar] na ocasião e fui chamado depois, no meio disso, para ir para Osasco. Um projeto, inicialmente substituindo um juiz que estava saindo de lá, a vara ficou aberta durante sete meses, e depois para tocar uma Secretaria de Execução, que foi uma idéia iniciada aqui em São Paulo. E eu fiquei muito tempo nessa Secretaria de Execução lá de Osasco.

A.C – O que é que é Secretaria de Execução, doutor, para a gente demarcar aqui

J.M – O que é que acontece, o processo, ele é chamado de processo de conhecimento, você ingressa com a ação, “Eu quero hora extra”. Aí o juiz diz se tem ou não hora extra. Definido isso, tem hora extra, há o recurso e tal, mas tem. Aí começa a fase de execução. E a fase da execução demora mais, porque aí é a apresentação de cálculo, impugnação de cálculo, taxa de juros, questões de correção monetária, desconto de imposto de renda, INSS...

A.C – Ou seja, uma coisa que em princípio é complicada e demorada.

J.M – E...

[FINAL DA FITA 2-A]

A.C – (...) que em princípio é complicado e demorado.

J.M – E que juiz não gosta muito. Porque o juiz, é mais uma fase mais técnica de contábil quase. O juiz gosta mais de questão de Direito, de desenvolvimento de doutrina, de tese, o que não se aplica muito a esse momento, não é. E que é

importantíssimo, porque não adianta nada ganhar e não levar. E os processos se arrastam muito mais na fase de execução do que na fase de conhecimento. E em uma estrutura que a gente tem, de um volume extraordinário de processos, essa fase de conhecimento acaba ficando relegada para um segundo plano, sabe. De fato mesmo...

A.C – Essa fase de execução fica relegada a um segundo plano, não é.

J.M – De execução, de execução. Quando não para funcionários, que tocam as coisas mais banais, mais comuns disso.

A.C – Quer dizer que essa secretaria seria um acelerador nesse sentido.

J.M – Então, o que é que a gente, a idéia na ocasião é criar, jogar no caso de Osasco, três varas, criar uma secretaria onde todas as execuções dessas varas viriam para essa secretaria com um juiz só para tocar isso, com funcionário só para tocar isso e tal.

A.C – E o juiz era o senhor.

J.M – Em Osasco sim, que era a princezinha dos olhos da 2ª Região porque funcionava relativamente muito bem, muito bem. Porque a fase de execução é onde mais ocupa funcionário.

A.C – Então seria uma espécie de experiência modelo.

J.M – Isso, isso. A fase de execução é onde mais ocupa funcionários de uma vara, porque é mandato, é autos, é cálculos, é notificação, é citação para pagamento, é impugnação, é embargos, enfim... Na fase de conhecimento, o funcionário autua o processo e marca a audiência. Depois na audiência o juiz é que decide. Pode até mandar um ou outro ofício, mas pouca coisa. Depois julgamento é o juiz quem faz. Na fase de execução é o grosso que se utiliza a mão-de-obra de uma vara. E as secretarias, na ocasião, eram usadas como funcionário de cada vara. Então para a vara era um ótimo negócio, porque se livrava do abacaxi, que era a execução...

A.C – Com pequeno custo.

J.M – E com um pequeno custo, porque tinha sete funcionários, ficava com seis para tocar a fase de conhecimento, que é muito bom. Agora, por outro lado, a Secretaria de Execução, com esse número, não funcionava tão bem, não é. Mas em Osasco, como eram três varas, a gente dava conta do recado, ou até um momento deu conta. E essa, pelos primeiros sinais de Osasco, foi estendida essa experiência aqui para São Paulo. O que foi um desastre porque, imagina, você tirar um funcionário só. Se na vara você ocupa quatro para tocar, cinco para tocar o serviço da vara, só com execução, você põe um lá em baixo, não tem. E aí a coisa foi se avolumando, avolumando, avolumando muito na Secretaria de Execução, que não andava, não andava, mesmo a estrutura física, porque as varas ainda têm todo um, uma estrutura...

A.C – Sei.

J.M – E a Secretaria era um salão, não é, com os processos, um de cada vara ali... Então, não deu muito certo em São Paulo por conta dessa estrutura. Eu acho até que a idéia é bacana sim, mas...

A.C – E isso foi interrompido?

J.M – Foi interrompido. E aí, quando cortaram, cortaram também em Osasco, que estava começando a dar uns sinais de cansaço, mas não tanto quanto nas próprias varas e tal.

A.C – Na sua opinião essa seria uma possibilidade de vencer esse quase que gargalo de tempo, vamos dizer, de ação da Justiça do Trabalho, a possibilidade de montagem de algo como essa secretaria?

J.M – Eu acho que poderiam dar resultados ótimos sim, com estrutura.

A.C – Certo. Com pessoal, com local, enfim...

J.M – Com pessoal... Porque, assim, você ia precisar pelo menos de uns quatro de cada vara para tocar. E isso foi feito sem criar um único cargo, não é, eram tirados...

A.C – E se encontrar juízes também que, vamos dizer, tivessem...

J.M – Que quisessem, que gostassem e tal, porque oficialmente eu era designado como auxiliar nas três varas de Osasco, para que eu pudesse...

A.C – Para poder exatamente lidar com os processos de todas elas.

J.M – Jurisdicionar todos aqueles processos. E era bom, porque você mandava um oficial de justiça, o que é que acontece, em varas diferentes, um oficial vai no Bradesco. Aí o outro oficial da outra vara vai no Bradesco, o outro oficial vai no Bradesco. Às vezes os três se encontram lá no Bradesco, em uma empresa qualquer, enfim... estou só citando.

A.C – Perfeito. Ou seja, você...

J.M – E ali na vara de execução não, todos os processos do Bradesco um só vai levar, ou daquela outra empresa...

A.C – Você maximiza o uso de pessoal, racionaliza...

J.M – Você tem Bradesco porque a Cidade de Deus ali em Osasco. E aí, é claro, tinha um volume grande do Bradesco, por isso me veio essa referência.

A.C – Essa foi uma experiência importante então na sua carreira, não é.

J.M – Foi, foi. Ali eu fiz um manualzinho de execução trabalhista, que na ocasião, todos os juizes daqui, a própria escola divulgou para todo mundo, eu autorizei, com

modelinhos de despacho. Hoje está completamente desatualizado, não é, até boa parte inaplicável.

A.C – Essa experiência de Secretaria de Execução, ou mesmo que não tenha esse nome, que o senhor saiba, ela foi vivida em outros...

J.M – Foi, foi, foi para Curitiba, foi estendida para Curitiba e, salvo engano, ela funciona até hoje.

A.C – E lá deu certo, digamos assim.

J.M – A impressão que tenho que sim, porque lá funciona até hoje.

A.C – É, não é. Mas isso não é muito postulado, assim, ou é?

J.M – Não, não se tem muito movimento. Porque, assim, aquilo, você está especializando e o juiz ele não...

A.C – Não gosta muito não.

J.M – Não gosta muito não. Até teríamos aqui juizes gostariam, porque era substituto, não é, substituto não tem muito... Mas eu, foi uma experiência bacana, eu gostei, fiz esse manual, que foi interessante no momento, acho que foi importante, diversos colegas começaram a usar o manual e tal, até fora daqui.

A.C – É, porque essa é uma questão importante, quer dizer, uma das questões que sempre se coloca em relação ao funcionamento do Judiciário como um todo. E também em relação à Justiça do Trabalho é exatamente a demora na resolução dos processos. E no caso da Justiça do Trabalho uma das, vamos dizer assim, um dos momentos, ou não saberia muito, talvez não estou me expressando corretamente, é exatamente essa questão da execução. Porque às vezes as pessoas dizem: “Não, eu, a sentença foi favorável a mim”. E ficam esperando, esperando, esperando...

J.M – Ganham mais não leva, realmente. Agora, depois foram instituídos, até por força daquele momento talvez, um pouco, não sei, hoje, por exemplo, a gente tem a penhora *on line*. Isso é um facilitador. A experiência da SEI contribuiu para mudar uma, e isso eu falo precisamente...

A.C – Experiência da SEI...

J.M – SEI, Secretaria de Execução Integrada. SEI, não é. A gente brincava, não SEI de nada. [Risos]

A.C – [Risos] Está certo.

J.M – Mas uma contribuição importante que a secretaria deu no andamento, porque o que se tinha? Uma parte apresentava cálculo, a outra impugnava. Resultado, o juiz mandava para a perícia. Então era assim, o reclamante apresenta aqui os cálculos de 50, a reclamada de 20, e o juiz, ao perito.

A.C – É, ou seja...

J.M – Tudo ia para o perito e aí...

A.C – Demorava...

J.M – Impugnava o laudo do perito e tal. Uma boa mudança de filosofia, que isso foi realmente introdução da SEI, precisamente da SEI de Osasco nossa lá, foi assim, ao apresentar impugnação, essa impugnação tinha que ser fundamentada. E ao analisar essa impugnação fundamentada ou eu já mandava alterar o laudo, os cálculos apresentados pelo reclamante, ou já afastava a impugnação da empresa.

A.C – E com isso...

J.M – Não mandava mais para o perito.

A.C – E com isso agilizava, não é.

J.M – Agiliza muito. Essa foi uma mudança bacana. Porque isso a gente introduziu, assim, basicamente, é lógico, um ou outro juiz, não estou falando que foi inovadora que a gente que introduziu isso, mas introduziu enquanto movimento. Porque até então um ou outro juiz até praticava assim, mas muito pouco porque o juiz não gostava mesmo da execução assim. E eu tinha formação contábil, não é, no sindicato eu fazia cálculos para os trabalhadores no atendimento.

A.C – E depois a experiência também da Procuradoria Geral deve ter ajudado muito porque tinha que lidar com orçamento, tinha que lidar com um monte de coisa de natureza.

J.M – Até que não tanto.

A.C – Não?

J.M – Até que não, não.

A.C – Eu achei que sim.

J.M – A gente fazia também, mas não...

A.C – Contratos etc.

J.M – Não, essa parte mesmo de cálculos trabalhistas vinha mais do sindicato mesmo.

A.C – Vinha mais do sindicato.

J.M – E dessa questão de eu ter formação contábil. Então eu começava a bater nos cálculos. E como cálculo é número não é, e é muito difícil alguém bater em um número sem ter um fundamento. Por que é 30 e não 20? Porque ele utilizou a correção monetária incorreta. Ah, então aí está fundamentando. Aí eu via, realmente utilizou ou não utilizou, você não tem razão, para que mandar para um perito? Entendeu?

A.C – É.

J.M – Porque ele vai falar assim, não ele somou aqui essa coluna e não deu esse número. Isso é muito raro acontecer. As impugnações não... E isso foi uma prática que foi estendida, diversos outros juízes começaram a adotar isso. Então isso contribuiu a ponto de hoje a perícia contábil, que antes era fonte de renda mesmo para muito peritos, hoje já, pelo menos em São Paulo, ser perito contábil não é boa coisa mais, porque já não tem o volume que se tinha e mesmo as empresas não querem ir para a perícia porque se ela impugnou e ela não tiver razão, então tem que pagar a perícia, tal. Então, mesmo os reclamantes, ou seja, as diferenças passaram a ser poucas de um laudo para outro. E aí uma parte, “Ah, não então fica aquele mesmo”...

A.C – E a possibilidade de qualquer transação por fora também fica muito mais minimizada, não é, porque eu acho que fica difícil. A pessoa tem que justificar, então tem que justificar muito bem direitinho, não dá para pensar que vai, vamos dizer, fazer qualquer tipo de enrolação ali e conseguir no final porque vai ficar mais complicado. Agora, além dessa experiência que eu acho que foi realmente bastante importante, sua atuação como juiz na vara, inclusive em Osasco, assim, eu sei que essas atuações são sempre muito significativas para os juizes de uma forma geral. Mas aí eu queria perguntar de uma forma mais especial, em algum processo, alguma coisa que tenha chamado mais sua atenção, marcado mais, quer dizer, aconteceu alguma coisa desse tipo na sua experiência?

J.M – Casos, não é, casos, mas assim de me marcar enquanto juiz, questões de injustiça que você observa no dia-a-dia, a necessidade de acordo. Porque o acordo é muito pejorativamente visto pelas partes, e mesmo pelos advogados, eu me recordo até eu

como advogado. Você quer ganhar tudo, você não quer, para que eu vou abrir mão de direitos, que diabo de acordo é esse? Eu venho na justiça para abrir mão de direito, não é. Mas as partes, como juiz você vê realmente a necessidade de um acordo para a pacificação social como um instrumento em que as próprias partes fazem a sua sentença. Porque assim...

A.C – E agiliza muito, não é.

J.M – Agiliza muito, agiliza muito. E porque você tem assim, quando você decide, vem um outro de fora, a não ser que você ganhe tudo, não é, “Ah, o juiz me deu tudo”. O que nem sempre é correto.

A.C – A minha percepção é que isso é raro.

J.M – É raro. Então, assim, quando você sentencia pelo menos um fica descontente. Boa parte das vezes os dois, não é, ou três, ou quatro, enfim... E quando você constrói a sentença, você parte, você constrói a sua sentença com o seu acordo, você sempre sai com uma noção de que foi melhor. Você tem uma justificativa para você pelo qual você fez, “Ah, senão ia demorar muito, foi melhor assim... Ah não, eu teria que pagar mais, então foi melhor... Ah, não se discute aquele aspecto...”.

A.C – E isso é uma coisa difícil, quer dizer, é difícil de ser conseguida, as partes não vêem bem, os advogados não vêem bem, o senhor estava falando que até mesmo o senhor como advogado também não gostava muito disso.

J.M – Então, o acordo é pouco compreendido eu acho. A Constituição não, a Constituição obriga a gente a acordar, o juiz tem que propor, a lei, a legislação ela exige do juiz até em dois momentos processuais a tentativa do acordo, o princípio básico do acordo. Porque assim, conflito não é legal. Você manter um estado beligerante, porque a sentença não elimina o conflito. Elimina a solução que o Estado dá conflito. Mas não elimina o conflito, as partes ainda continuam no seu estado de beligerância. Você entra com uma ação de despejo contra o seu inquilino, vem o Estado e concede a reintegração

ou concede o despejo e afasta o inquilino dali, e acabou o processo. Mas vocês estão em litígio ainda. Ou seja, o seu psicológico com o dele não bate, ou seja, você não elimina o estado de conflito. E para uma sociedade, seja ela qual for, não é legal ter esse estado de beligerância, de conflito e tal. Quando as partes vêm e fazer o acordo, alguns casos podem fazer o acordo e continuar em conflito ainda.

A.C – É, mas pelo menos...

J.M – Mas a grande maioria, a grande maioria das vezes faz um acordo e o cara já não pensa mais, já não tem , “Não, já resolvi, está liquidado, acabou”, não é. Então é bom para a sociedade que haja essa composição, é bom para as partes, elas se sentem partícipes do seu próprio destino, mas é pouco compreendido. Então a importância da minha atuação foi ver isso, que muitos momentos o acordo não sai porque uma [INAUDÍVEL] tão pequena, até imbecil mesmo falando, e você começa, nossa, o custo disso vai ser tão maior, o custo disso vai ser tão maior. Não para, para o Estado, enfim, para todo mundo...

A.C – É, o tempo e aí o juiz vai ter que resolver, não é.

J.M – E para eles... Então, uma situação que me marcou muito, muito, é até referindo ao Bradesco, um gerente executivo que não ia ganhar nada no processo. As teses jurídicas eram assim horríveis, não é, não tinha fundamento nenhum. E você vendo ali na hora era alguém que tinha se aposentado pelo banco depois de 20 anos no banco, não é. As pessoas dizem: “Olha aqui, eu trabalhei 20 anos, eu tenho que ter direito a alguma coisa grande”. E por aqueles argumentos que estavam no processo não, não teria nada, não é. E o banco tinha oferecido dez mil reais, ou alguma coisa assim, e na época, nós estávamos em 96, para mim era muito dinheiro, assim, dez mil reais, que ia ajudar quem tinha acabado de se aposentar para, não que ele necessitasse daquilo, mas para comprar alguma coisa para os netos, para ir fazer uma viagem, qualquer coisa...

A.C – Para ganhar alguma coisa.

J.M – É, enfim, não é, e o banco também, uma restituição mínima a alguém que tinha 20 anos de serviços prestados, não é. E não aceitaram aquele acordo, o reclamante não aceitou o acordo. E insisti, insisti, insisti... Então aquilo, sabe assim, eu...

A.C – Desanima um pouco, não é.

J.M – Não, dó, dó. Eu fui dormir mal a noite, um, duas, três noites, eu fui dormir mal porque aquele senhor poderia ter pego aquele dinheirinho para, sei lá, trocar o carro, pagar a escola dos netos, sei lá, alguma coisa assim, entendeu. E não saiu por um capricho, um capricho do advogado mal ali e não ia ganhar nada no processo, não que o processo vise isso, não é, tirar de alguém mesmo que não tenha direito e dar para o outro. Mas não se tratava disso, a questão era um pouco, até porque, realmente, ele tinha sido importante para o banco, aqueles 20 e tantos anos, e o banco estava fazendo isso também com uma consideração a isso. E não foi compreendido naquele caso.

A.C – E isso na sua avaliação é uma coisa que efetivamente acontece na Justiça do Trabalho.

J.M – Acontece. Outro caso também é você lidar com injustiça. Eu tive uma ocasião, que você passa a perceber as pessoas, a conhecer, é muito difícil alguém te enrolar, pelo jeito, pelo olhar, pela forma de falar, pela forma de responder, os argumentos que utilizam, você tem uma boa avaliação, fazendo 20 audiências por dia todo dia, você automaticamente...

A.C – Aprende.

J.M – Você aprende a fazer isso, não é. E teve uma situação também que um cidadão simples, que você olha assim, você consegue ver a alma do sujeito, falando totalmente a verdade, que tinha trabalhado anos para um empregador sem registro. E o empregador do outro lado negando, “Não, nunca trabalhou para mim”. E você olha para o empregador, aquela cara de safado, aquele malandrão mesmo. E o outro não tinha nenhuma testemunha. E a testemunha era do reclamante, ele tinha o ônus da prova, ele

tinha que provar que trabalhou. “Você não tem ninguém?”. “Não, os dois que tinham lá eram do nordeste e foram embora”. “O senhor não tem elemento nenhum?”. Quase dez anos, assim, de trabalho para alguém sem registro, sem nada. Aquilo também me marcou muito, me doeu muito, sabe. Agora, o que me lembrava até um professor me falando que a gente não está para fazer justiça, a gente está para trazer estabilidade nas relações sociais, porque todo dia, o reclamante não prova hora extra você não defere, embora ele tenha feito. O empregador não provou que pagou alguma coisa, embora tenha pago, a gente vai condená-lo a pagar de novo. Então, o nosso trabalho não é fazer justiça, é trazer estabilidade, ou seja...

A.C – O que é duro também, não é.

J.M – Mas, embora isso seja verdadeiro, que todo dia eu cometo injustiças aos montes, olhando por essa situação, mas você quer realizar justiça. Não tem nada que frustrasse mais um juiz do que ele dar uma sentença e ela não ser executada. Às vezes você fica lá em casa, constrói, e cria, aí o sujeito recorre, demora três anos, ou vai para a execução e ele apresenta embargos, cálculos e não é executado. Isso frustra. Aí quando a gente fala assim, a gente vê até filmes, desenhos, comédias na TV, mostra o juiz como lento e a sensação que se passa, que o juiz gosta dessa lentidão. Gosta nada. Não tem nada que frustrasse mais o juiz do que ele pegar um processo para julgar hoje de cinco anos atrás. Porque ele vai ter que pesquisar qual era a legislação daquele momento, porque eu me lembro na época da inflação, era horrível. Você ia julgar às vezes um processo de sete anos. Aí você, que lei que era mesmo, não é, aquilo, que mudava toda hora a política econômica.

A.C – E que moeda que era?

J.M – E cruzado e cruzeiro... E aquilo era horrível de ser julgado, a gente gostava de julgar coisa ali, imediato, como hoje, não é, todo mundo... E a frustração é nossa, porque você cria, você constrói, faz uma sentença, não é, você quer, quando você faz a sentença você quer dar a justiça, não é. E você põe a mão no papel, registra, documenta

e aí ela não é executada por essas circunstâncias todas. Então, isso é uma frustração também do juiz, a gente quer que o troço funcione bem e ótimo.

A.C – Vou mudar um pouquinho de assunto agora. Como é que...

J.M – Mas, só...

A.C – Desculpe.

J.M – Só para colocar. Eu ia colocar, o que me foi importante também nesse período, para mim pessoalmente, foi verificar algumas coisas que foram bacanas no ingresso da magistratura, é ver na magistratura do trabalho, que a extrema maioria absoluta dos colegas são extremamente bem intencionados, entendeu. Porque eu que vinha de uma participação política, criticando o sistema, não é, até querendo ingressar no sistema como sendo um elemento de mudança. Eu vinha de uma experiência ali no civil, no civil, principalmente, que para citar alguém o oficial de justiça pedia dinheiro, porque senão não localizava. Na Justiça do Trabalho a citação é pelo correio, não é. Então, foi muito bacana, muito bacana, vindo do PT, querendo ética e tal, encontrar um serviço público da magistratura. Não obstante tenha ocorrido um Lalau em São Paulo, mas foi muito bacana porque, assim, todas as varas, isso é uma percepção que até hoje, assim, nesses dez anos, raríssimo, raríssimo, raríssimo, você ter notícia de alguma falha nesse sentido, entendeu, de pedir dinheiro ou de ter algum conchavo financeiro para a venda de sentença, sabe. Isso a gente não vê. Isso foi muito bacana, os oficiais de justiça não trabalham, é lógico que você tem um ou outro caso esporádico, mas sabe, não, todo mundo é sério. O que tem às vezes é corpo mole, outros problemas, mas não éticos assim, nesse ponto. Então, isso foi bacana de ver. E foi bacana atuar, porque assim, e ver reconhecido o meu trabalho assim, com advogados, com funcionários, pelo próprio tribunal. Porque eu passei, depois quando eu fui titular, eu fui promovido a titular por antiguidade em 2000, e eu fui para a 1º Vara de Diadema, que era uma das piores da 2ª Região, assim, dois anos de pauta de julgamento. Trabalhei assim, com certeza absoluta os dois piores anos da minha vida, três piores anos da minha vida foi trabalhando lá, no

sentido de trabalho. Porque morava em São Roque, estava construindo a minha outra casa em Vargem Grande e ia trabalhar em Diadema. Imagina isso em uma vara...

A.C – Cheia de trabalho.

J.M – Arreventada, arreventada, arreventada. Então foi legal ter esse reconhecimento. Até agora houve recentemente a instalação de uma vara em Diadema, voltar lá e os advogados fazerem aquelas menções sinceras, não que você, sente aquele casualismo, o formalismo de elogiar autoridades que tinham passado, mas não. Uma coisa sincera, de ter esse relacionamento, sempre recebi todos, sempre conversei, nunca tive problemas, e dizendo não, “Não doutor, mas nem pense. Que apresentar, pode apresentar”. Mas assim, tendo essa tranquilidade e ter assim as pessoas reconhecendo e sempre tratando com muito carinho. Em Osasco, até hoje, os advogados assim, a gente tem um extremo, um excelente relacionamento com os funcionários. Então isso foi bacana, essa conquista de espaço, que passam a te respeitar não pelo cargo. Isso me amadureceu muito também, porque embora haja aquele momento inicial, aquela coisa de “Sou juiz, sou juiz” e tal, mas não acredito que em nenhum momento eu tenha agido, como a gente fala até, a gente usa um tom brincando, estar com “magistrose”. Não, ou dar carteiradas, ou “Sabe com quem está falando”. Nunca tive, sempre muito tranquilo, até ao contrário, bastante, sem [INAUDÍVEL], atuando, embora na minha cidade, o primeiro juiz da cidade, é lógico, todo mundo lá em Vargem Grande me conhece, motivo de orgulho para a cidade até, não é, em razão dessa passagem. E que hoje eu sou juiz em Cotia. Eu de Diadema, que é jurisdição de Vargem Grande.

A.C – É pertinho, não é.

J.M – Então hoje eu tenho a minha cidade sob a minha jurisdição.

A.C – Isso é muito bom, não é.

J.M – Legal.

A.C – É gratificante realmente, eu acho que deve ser muito gratificante esse percurso todo.

J.M – Isso foi legal, sabe, construir, as pessoas gostarem do seu trabalho, saberem que é correto, sabe.

A.C – Eu ia perguntar como é que começou o seu envolvimento na amatra, quer dizer, eu imagino que com essa história de vida, logo que entrou na magistratura deve ter se filiado à amatra.

J.M – Aqui em São Paulo tem uma peculiaridade. Acho que nós temos dois juízes só, ou três, que não são filiados à amatra. Todos, você ingressa, assim, a primeira coisa que te trazem é a fichinha de inscrição.

A.C – Inscrição na amatra.

J.M – Até porque tem aquilo, não é, a amatra, na cabeça de quem está ingressando é a proteção, assim, contra a corregedoria, contra as representações, contra não sei o que, é o teu “porto seguro”. Então assim, aqui, e mesmo os que já se aposentaram...

A.C – Continuam filiados.

J.M – Continuam filiados. É muito tradicional aqui, acho que devemos ter dois ou três estourando, dos 470 quase que a gente tem que não são filiados. Então a gente ingressou já nessa, até tomando aula lá na amatra, imagina, todo mundo já assinou.

A.C – Agora, e o envolvimento já maior na associação que vai levá-lo inclusive à presidência agora.

J.M – Então, aí o que é que aconteceu, em um determinado momento nós tivemos, eu ingressei sob a presidência da Beatriz, que foi sensacional, foi sensacional a presidência da Beatriz. Já era a segunda desse período de 12 anos aí, segunda ou terceira, não me

recordo. E os envolvimento pessoais, porque eu tinha muito contato aí com um juiz de Cotia, que era o Vidigal, até porque eu advogava ali com ele todo dia à mesa. Então o meu primeiro contato com a magistratura, não conhecia ninguém, a pessoa que eu tinha mais próxima era ele. E ele me acolheu muito bem, não dando as aulas, mas mesmo a Olívia tendo todo esse carinho e tal, era o Vidigal com quem eu conversava, ia às festas...

A.C – Tinha mais intimidade pessoal.

J.M – E o Vidigal já tinha uma história de oposição aqui anterior. Não que fosse candidato ou coisa assim, mas vinculado ao grupo mais de oposição à essa linha, até porque naquele momento a amatra batia muito nos classistas, mas muito, e no lado pessoal até. E a gente, éramos contra os classistas, contra, não é, institucionalmente contra, tem que acabar, tem que acabar. Mas eu sempre me relacionei muito bem pessoalmente com os classistas. Ia até em festas dos classistas, não é. Mas quando qualquer um perguntasse, “Não, a instituição não tem porque existir”. Uma vez existindo, uma vez existindo, eu tenho que ter respeito pela pessoa que está ali investida, não é. Posso atacar os critérios de nomeação, isso fez muito bem a amatra. A amatra atacou, bateu muito nos critérios de nomeação do TRT, não é. Criaram-se sindicatos fantasmas só para nomear classistas em alguns momentos. Então havia uma promiscuidade, e que a amatra fez muito bem em bater e denunciar, e até, por isso que eu falei, até um momento foi realmente importante essa batida. A gente era contra, mas a gente não fazia isso como razão de existir da amatra, entendeu. Porque na nossa visão, e a gente pode estar errado porque a gente não tem elementos também, não tinha elementos naquele momento, mas a gente achava que a amatra só atacava classista. Então eram viagens para Brasília para atacar classista, era nota de jornal paga para atacar classista, era tudo para atacar classista. Nós não tínhamos cursos, a gente não tinha uma atuação cultural, mesmo os eventos sociais foram rareando com o passar do tempo, de congregação, a gente não tinha convênios, a gente não tinha...

J.M – (...) nada corporativo mesmo, as situações de trabalho aqui não eram objetos de ataque da amatra, não é. Então, assim, em 20 anos nunca se criou um cargo aqui em São

Paulo, não é, e não tem lugar do mundo que precisasse mais do que aqui. E agora na nossa gestão a gente trabalhou para caramba em um projeto aí, eu não tenho a menor dúvida em dizer que a nossa gestão aprovou esse projeto porque nós negociamos com o governo e tal, até por essa proximidade que eu tinha, não é, com esse envolvimento aí político e tal, que facilitou também, porque o governo é do PT, então acabou facilitando nisso. Mas a gente aprovou agora o ano passado, final do ano passado, um projeto de lei que cria quatro cargos em cada vara de funcionários, que não se tinha, há 20 anos não se criava um cargo aqui. Então a gente via isso que a amatra não...

A.C – Não atuava nessas dimensões.

J.M – Não atuava nessas dimensões. Agora, sempre o que leva você mesmo, de primeiro ponto, é um envolvimento pessoal mais próximo. E eu tinha esse com o Vidigal. E naquele momento, na sucessão da Beatriz¹, o que é que aconteceu, o vice era o Gézio.

A.C – Gézio...

J.M – Medrado.

A.C - Gézio Medrado.

J.M - Gézio Medrado era o vice, que tinha uma certa divergência com a Beatriz nesse encaminhamento dessas questões. E o Gézio, como vice, tinha a pretensão natural de ser o candidato à presidente. E aí ele montou uma chapa. E o Vidigal me convidou, até um juiz novo, e assim, eu sempre fui um pouquinho ousado, embora sempre com respeito, sempre com tudo isso, mas, por exemplo, em um encontro lá, logo de ingresso, assim, no TRT, eu não me recordo nem a situação, mas o presidente do TRT estava lá, eu já levantei a mão, contestei e tal, sabe. Então, sempre um pouquinho ousado, mas ousado com respeito, com dignidade e tal, mas sempre se posicionando. Eu nunca fui assim de omissão...

¹ Beatriz De Lima Pereira ou Beatriz Helena Miguel Jiacomini. Ver <http://www.amatra2.org.br/associados.asp>

A.C – De deixar passar.

J.M – Opa, espera aí, isso não, não é. Então, tinha um carinho com pelas pessoas, meu jeito também muito tranquilo, não é, de ser, tinha aí um pouco o carinho daquele grupo dos 22, me convidou para entrar na chapa. E a Beatriz apoiou o Pedro Sampaio para a sucessão dela, e não o Gézio, que era o seu vice.

A.C – E você estava na chapa do Gézio.

J.M – Do Gézio. E aí foi o racha. O Pedro até me ligou depois que eu já estava na chapa, e até falando isso, “Olha, eu acho que eu errei porque eu deveria ter conversado com você mais antes, eu sei os seus posicionamentos, até para quem ingressou agora, não é, independentes e tal”. Quem sabe, realmente, se ele tivesse talvez me chamado, não é. Eu não tinha um posicionamento, não, sou contra, ou sou a favor. Era a questão de construir...

A.C – Mas você queria defender as suas posições, não é.

J.M – De fazer coisas e tal. E aí o Pedro, o Pedro ganhou, que foi apoiado pela Beatriz, a Beatriz fez um trabalho sensacional realmente. Realmente ela fez um trabalho sensacional e ganhou do Gézio. Só que foi uma eleição muito dura, muito dura, sabe assim, com denúncias. Aí começaram a bater na gente, que a gente era favorável aos classistas. Por consequência fática, porque os classistas realmente começaram a apoiar a gente, porque é claro, a Beatriz estava apoiando o Pedro e o Pedro era bastante da linha dura também da Beatriz. Então os classistas apoiavam a gente indiretamente, a gente não era favorável, mesmo o Gézio, nunca foi favorável aos classistas. Tinha esse posicionamento de maior respeito, mas não esse posicionamento, somos contra, vamos lutar também contra para acabar e tal, mas não fazendo isso a única razão de ser da amatra, como foi feito naquele momento. Mas a causa era muito grande, não é, a causa dos classistas unia todo mundo, tanto nós éramos contra os classistas. Mas o rótulo...

A.C – No caso, esse tipo de coisa vira um recurso de campanha.

J.M – Mas o rótulo pegou, sabe. São contra os classistas, mas tinham 40 e poucos por cento dos votos na ocasião. Mas eu era suplente, não tinha...

A.C – Mas aí depois você permanece...

J.M – Eu permaneço com esse grupo. E aí o que é que acontece, a direção do Pedro cai em relação à Beatriz, a gestão do Pedro cai um pouco em relação à Beatriz. Mas ainda fez uma campanha boa que nós nem lançamos...

A.C – Candidato.

J.M – Candidatos na sucessão do Pedro. Até porque a gente tinha apanhado e quando você apanha você vem desmotivado. [Risos]

A.C – Dá um tempinho, não é.

J.M – Dá um tempinho e tal. E aí foi a Lizete² a presidente. E aí a amatra cai mais ainda em termos de movimento, de agito, pelos perfis, não é. O Pedro ainda teve bastante combate, mas a Lizete, gosto dela, não se trata do pessoal, se trata de questão estrutural, caiu muito a gestão da Lizete. Só que daí eles colocaram na sucessão da Lizete o Husek³, que é um colega queridíssimo, todo mundo adora ele, e aí nós tínhamos nem candidato para competir com o Husek também.[Riso] E as gestões vieram caindo em termos de, porque assim, outra coisa que a gente criticava bastante é a democracia interna e a transparência de gestão. Esses eram dois pontos que a gente criticava bastante. Nunca tinha sido publicado um balancete da amatra. Não com isso acusar de desvio de verbas, longe disso. Mas o que a gente queria? Com o balancete poder interferir nas prioridades da entidade, não é. Então a gente queria que fosse divulgado o

² Lizete Belido Barreto Rocha. Ver <http://www.amatra2.org.br/associados.asp>

³ Carlos Roberto Husek. Ver <http://www.amatra2.org.br/associados.asp>

balancete até para falar “Ah não, não gasta com isso, gasta com aquilo, gasta com aquilo”. E a gente...

A.C – Desconhecia...

J.M – Desconhecia e a gente achava que eles não publicavam o balancete porque tinha muitas viagens para Brasília para atacar os classistas. Então no balancete viagem, viagem, viagem podia dar a sensação ao associado que os dirigentes só ficam viajando com o dinheiro dos associados. Então eu acho que isso, até como um recurso de auto proteção, porque quando você não divulga é muito melhor mesmo. Porque você divulga o cara fica, “Pô, o que é que você fez, olha isso” e tal. Então, mas não que tivesse má fé, não que estivessem só passeando, não era isso. Mas a gente queria ter esse dado. Eles não divulgavam. Então, o Pedro assumiu não divulgou. Na campanha da Lizete não houve a divulgação. Depois o Husek assumiu, não é, o Husek queridíssimo, professor, bem pautado, centrado, mas a gestão houve de novo uma quedinha, sabe assim, mais morna, também sem divulgação. Daí lançaram a Olívia⁴, aí a gente lançou outro candidato, até por insistência minha, que saiu um movimento desse grupo, não é, “Ah, vamos lançar, vamos lançar, eles estão vindo muito ruins nas gestões, tem caído e tal. E eu acho que a gente pode fazer mais”. E eu fiquei muito entusiasmado com o encontro que teve em Ribeirão Preto, da região sudeste. Eles fizeram um encontro maravilhoso lá na ocasião, não é, indo para [INAUDÍVEL], jantar no Golf Clube, palestras com ótimos, Alice Monteiro de Barros, Hélio Bicudo, um monte de gente, não é. E sei lá, 30 reais por pessoa tudo, não é. Patrocínio, buscaram apoios e tal, estruturaram, e fizeram, aí eu fiquei, “São Paulo, dá para fazer mais ainda aqui. Porque se lá em Ribeirão Preto fizeram um encontro desses, imagina São Paulo”. E aí eu fiquei agitando o povo para sair candidato, para a gente lançar uma chapa e até eu seria o candidato dali. Mas como na gestão do Gézio o vice dele foi o Álvaro...

A.C – Álvaro...

⁴ Olívia Pedro Rodriguez. Ver <http://www.amatra2.org.br/associados.asp>

J.M – Álvaro Nôga⁵.

A.C - Álvaro Nôga.

J.M – Nôga.

A.C – Nôga.

J.M - Álvaro Nôga. Eu sou apaixonado por ele, sensacional, um cara fantástico.

A.C – Aí ele é que foi o candidato.

J.M – Aí ele quis ser o candidato e aí eu fui o vice dele, não é, na sucessão. Mas nós fizemos uma campanha muito ruim. Porque assim, o meu estilo de campanha era muito diferente, muito diferente, não é. E o Álvaro tem o perfil mais também, mais calmo, mais tranquilo, não gosta de inovar, é aquele juiz mais, um pouco mais tradicional no perfil. “Não, a gente não pode fazer uma campanha com um material bom porque se não vão falar que a gente está botando dinheiro e a gente vai tirar, ou tem alguém patrocinando...” sabe uns negócios assim, que não tem muito haver. Mas aí a gente fez uma campanha ruim, a gente falhou muito em comunicação, é a avaliação que eu tenho, não é. Não por causa do Álvaro, que é alguém fantástico, todo mundo tem um carinho enorme por ele também, não é. E a gente tomou, tomou feio. A gente teve 30% dos votos. Então foi dois por um aqui. Feio. Só que daí a gestão da Olívia, com todo o carinho que tinha e tal, foi uma gestão muito ruim, muito ruim. Assim, falhou, fez, lógico que coisas boas, a gente não pode falar que... Muito ruim em torno daquela perspectiva e expectativa que a gente tinha, comparando até com outras. A gente olhava Campinas, fazia diversas coisas. Rio de Janeiro, a gente recebia os jornais de Minas fazendo um monte de coisas, e a amatra de São Paulo nada. Tanto que quando a gente começou a agitar um pouquinho, aí vêm o jornal, “Realizações da gestão”, eles lançaram um jornal “Realizações da gestão”. Você tinha uma festa, que a gente sempre

⁵ Álvaro Alves Nôga. Ver <http://www.amatra2.org.br/associados.asp>

faz, mas mesmo assim poucas, uma ou outra palestra, sabe, coisa assim. Aí como eu tinha sido vice do Álvaro... [Risos]

A.C – Aí foi o candidato. Claro.

J.M – Aí a gente fez uma campanha muito bacana, muito bacana. Assim, fizemos uma renovada no grupo, incluindo juízes novos, um de cada concurso e tal. E fizemos uma campanha muito bacana, alegre, tanto que a gente saiu logo na primeira com o slogan “Experimenta”, que estava na época do “Experimenta” da Skincariol, não é. “Experimenta, experimenta”. Bem na época assim, a hora que a gente lançou estava aquela propaganda, tinha acabado de sair, “Experimenta”. E a gente “Experimenta, experimenta, experimenta”. Ou seja. experimente algo novo e tal. E saímos com muitas idéias, fizemos quadros comparativos e tal.

A.C – E aí levaram.

J.M – Porque era muito difícil ganhar, era muito difícil. Mas por 17 votos a gente ganhou.

A.C – 17 votos. Mas a parada foi dura mesmo.

J.M – A Olívia apoiou o seu diretor cultural, que era o Marcos Fava⁶, colega Marcos Fava, que era o atual diretor cultural dela. E a gente foi para a eleição e a gente ganhou. Aí foi esse o movimento associativo. E teve um episódio também que, por que assim, o Pedro quando ligou para mim eu falei: “Olha, você chegou atrasado, desculpa e tal”, não é. Era muito harmônico aquele momento. Eu estava na outra, mas não por oposição...

A.C – Aquele momento inicial, não é.

⁶ Marcos Neves Fava. Ver <http://www.amatra2.org.br/associados.asp>

J.M – Por oposição pessoal, nada disso. Era, o Gézio tinha me convidado e de fato por umas idéias e tal, o Vidigal, vou, tranquilo. “Vamos lá, vamos mudar”. Vamos, um agito normal, gostoso até e tal. E o clima era muito bom do grupo. Sabe assim, a gente se divertiu para caramba durante toda a campanha. Todas as reuniões da gente, até me lembro bem da Tânia, que hoje é minha diretora social, nossa, era brincando, cantando, sabe. Era muito divertido, com piadas de monte, era muito engraçado sabe, era gostoso estar, “Tem reunião? Ah que legal, vamos para a reunião”. Na campanha do Álvaro já era um pouco diferente o clima. “Tem reunião”. Era um pouco assim. E lá não, aquele foi um momento... Não era algo pessoal, até tinha, eu sempre gostei do Pedro...

A.C – De qualquer forma foi um processo de luta efetiva, não é, porque foram muitas diretorias...

J.M – Mas teve um episódio ali na gestão do Pedro que enalteceu essa minha, porque até então se passada a eleição e a gente não tivesse ganho e tivesse um relacionamento hiper bacana, quem sabe no futuro talvez até estaria ali contribuindo para construir ali no grupo da situação então. Mas logo depois teve um episódio dentro da associação que, pessoal, eu fiz uma crítica, um artigo de crítica à atuação da associação e dei para publicar. O Pedro recebeu com carinho e tal, o Pedro sempre... Mas alguns membros da diretoria do Pedro, não ele, olha só que interessante, o presidente não, alguns passaram a me hostilizar, entendeu, localizado assim, maneira gratuita porque o artigo não falava mal de ninguém e tal. Mas como eu tinha ousado escrever um artigo, porque eu queria que publicasse, não publicaram. Não publicaram. “Ousado a escrever um artigo descendo a boca neles e eles”, não é. Porque eu falava, os balancetes não foram publicados. “Está desconfiando que a gente está roubando”, e coisas assim. E aí três me hostilizaram assim, sabe, de não me cumprimentar. E juiz substituto, começo de carreira, você vê, é muito difícil, foi dolorido pessoalmente. Aquele processo eu acho que detonou efetivamente com o afastamento. Realmente...

A.C – Firmou sua posição.

J.M – Vai lá que aqui não tem...

A.C – No sentido de...

J.M – E mesmo depois nos momentos posteriores, salvo na gestão do Husek, porque o Husek era muito legal até nisso. Ele ouvia, participava, a gente podia falar e tal, a gente podia conversar com ele, ele ouvia, tentava uma integração. Agora as outras gestões não. “Ah, não é do grupo de lá, não. Dar palestra, alguém de lá, não”. Entendeu, coisas assim que não tinha sentido de ser em uma... Bom, essa pelo menos é a minha avaliação, que pode não estar de todo correta nesse processo.

A.C – Mas enfim, mas a gente...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Nós estamos iniciando uma nova fita, e eu queria aproveitar aqui o último período de conversa com o drº José Lúcio para a gente falar sobre essa reforma do Judiciário que implicou em uma transformação importante e polêmica em relação à Justiça do Trabalho, na medida que ampliou sua competência e isso foi definido pelo termo a Justiça do Trabalho é competente em relação às relações de trabalho e não mais de emprego. Então eu queria ouvi-lo agora sobre essa questão. Ela é polêmica há os que se posicionam, vamos dizer, bastante favoravelmente, há os que fazem algumas objeções e há os que consideram que essa ampliação não é alguma coisa que possa favorecer a Justiça do Trabalho, implica em uma perda de foco. E eu então queria ouvi-lo a respeito desse ponto. O que é que o senhor acha disso pessoalmente e também na qualidade de presidente da amatra, não é, como é que a amatra da 2ª Região, tão importante, se posiciona em relação à essa questão.

J.M – Bom, a amatra, nós fizemos, foi inclusive o primeiro ato nosso de gestão, nós fizemos um plebiscito aqui com os colegas a respeito da ampliação da competência. Se os colegas eram favoráveis à ampliação de competência no aspecto de contribuições sociais, no aspecto de acidentes de trabalho, no aspecto das relações de trabalho e não de emprego. E assim, a maioria absoluta dos colegas eram favoráveis a ampliação da

competência. E isso até que dirigiu a nossa atuação, sempre lutamos pela ampliação da competência até em razão dessa circunstância de que todos aqui, ou a grande maioria, pelo menos não é, era favorável. Então a entidade tinha que atuar nesse sentido, pela ampliação da competência. Agora, o que jamais nos passou pela cabeça, em um primeiro momento, foi imaginar que, ou se se imaginava, mas não a nível institucional ou mesmo a nível, tanto que não houve nesse questionário nenhuma pergunta a esse respeito, com relação às relações de consumo, não é, o dentista ou o advogado, se isso deveria ou não vir para a Justiça do Trabalho. Porque quando a gente tinha noção de relação de trabalho a gente sempre pensou, não é, no representante comercial, a gente sempre pensou no pequeno empreiteiro, na diarista...

A.C – Trabalhadores autônomos de uma forma geral...

J.M – Nos trabalhadores autônomos de uma forma geral, o vendedor, o caminhoneiro e tal. Então a gente, talvez essa foi a grande falha nossa porque a gente sempre definiu muito bem o que era relação de emprego. Relação de emprego, aulas e aulas, cursos, requisitos e tal. Mas, relação de trabalho a gente falava, bom, relação de emprego é uma espécie do gênero relação do trabalho. Mas eu acho que a gente realmente nunca se preocupou muito em definir, em estudar o que é uma relação de trabalho. Tanto que a gente tinha mais ou menos isso na cabeça, como relação de trabalho o gênero mais envolvendo essas figuras comuns, que até guardam afinidade com a própria estrutura da Justiça do Trabalho, não é, o fundamento do Direito do Trabalho, que veio no sentido, querendo ou não alguns direitos sociais são sim em defesa de uma coletividade ou de uma minoria, às vezes, que sofre um prejuízo em nível de sociedade. Então você tem aí direito do consumidor, a grande maioria da sociedade é consumidor, ou seja, uma coletividade grande. Mas que sofre alguns abusos. Então o direito do consumidor veio para que? Para regulamentar essa atuação, coibir os abusos e tal. Na relação de trabalho a mesma coisa. O Direito do Trabalho, a grande coletividade é subordinada a um emprego e por vezes, pelo menos historicamente vinha sendo, não é, se a gente pegar aí desde de trabalho forçado, trabalho com garantias mínimas, sem folgas, então, não é, um acúmulo de situações que seja ou pela compreensão do legislador, ou pelas lutas sociais, foram sendo incluídos os direitos como garantia. E visa proteger esse mais

fraco, o Direito do Trabalho visa proteger esse mais fraco. E a Justiça do Trabalho não. A Justiça do Trabalho ela vem cumprir a lei, fazer cumprir e lei, respeitar a lei, na maioria das vezes fazendo a defesa, ou o cumprimento da lei que defende o mais fraco, outras vezes dizendo que o mais fraco não tem aquele direito. É essa a função. E o Direito do Trabalho ele visava aquele trabalhador lá, se a gente pensar em 1943, quando começou a CLT, a gente tem o que, o trabalhador típico empregado. E não tinha figura de prestador autônomo, o cara era empregado, era vendedor empregado, ou era trabalhador empregado, não tinha, eram raras as figuras de autônomos e tal...

A.C – E a perspectiva era de crescente emprego, não é, diferentemente de agora quando a gente vê que o emprego sofre ameaças.

J.M – E a sociedade evoluindo, e aí você tinha todas as garantias ao empregado. E foram sendo criadas outras figuras de trabalho, “autônomos”, até pseudos empresários, não é, dele próprio, em que ele era um pequeno empreiteiro, ou onde ela é uma diarista, ou onde ele é um trabalhador em casa submetido ao volume enorme de trabalho, seja montando tampinha de plástico de garrafa, ou montando chaveirinhos, ou fazendo textos em computadores e tal, que pela forma tradicional eles não seriam empregados, mas autônomos ou empresários, portanto não estariam submetidos às regras, às defesas do Direito do Trabalho. No entanto, o que mostra hoje? A sociedade mostra que tais pseudos autônomos, embora não vinculados àquela conceituação de empregados, hoje são tão ou mais dependentes que o próprio empregado, não é.

A.C – Exatamente.

J.M – Às vezes um sujeito trabalha em uma empresa e tem muito mais garantida uma liberdade, uma garantia, uma estabilidade do que aquele que trabalha em casa para aquela mesma empresa fazendo às vezes o mesmo trabalho, submetido à uma condição pior, de mais horas de trabalho, de mais prisão e tal. Então o Direito do Trabalho ele tem que voltar os olhos para esse trabalhador que está tendo sua dignidade fraudada, violada. Se não é sob o rótulo de emprego, que seja sob outro rótulo, mas tem que canalizar. Então essa foi uma medida que a gente sempre quis, ampliar a competência

da Justiça do Trabalho para ver essa forma de atuação. Não significa aí mudar os direitos. Mas qual é a visão da Justiça do Trabalho, começando a decidir essas coisas que é afim à atuação jurisdicional nossa, se poderia contribuir para a melhoria ou para criar até políticas, propostas legislativas dessas garantias, desses trabalhadores. E nesse ponto a gente sempre quis essa ampliação, não é, da Justiça do Trabalho, para esse ramo, para as contribuições sociais...

A.C – Nesse sentido o senhor acha que não há risco.

J.M – Não, não há risco, é tranquilo. Agora, quando a gente, uma vez aprovado o texto em que traz para a gente toda a relação do trabalho passou-se a discutir “Opa, o que é essa relação de trabalho?”. De uma forma geral são essas figuras, o representante comercial, o motorista de caminhão que não é registrado, enfim. Ah, dentista presta um trabalho. Se você o contrata há uma prestação de trabalho. O médico, o advogado, enfim, outras figuras, começou a haver essa discussão, “Opa, há uma relação de trabalho”. A Constituição diz que a relação de trabalho é da competência da Justiça do Trabalho, logo essas categorias todas, qualquer litígio envolvendo isso deveria ir para a Justiça do Trabalho. Alguns, até por essa literalidade e visão mais “simplista”, começou a defender isso. Outros até por uma questão de fixação de poder. “Opa, agora a Justiça do Trabalho não é mais especializada, a especializada é do cível, porque se a gente ficar com toda essa competência nós somos os...”. A Justiça Comum e a Estadual passou a ser a especializada, porque vai cuidar de divórcio, de questões comerciais e empresariais e tal. A gente não tem ainda uma definição enquanto magistratura a respeito desses pontos, não é. Nós não temos, e até aqui em São Paulo a gente vai fazer um plebiscito a respeito, uma consulta aos colegas, se está ou não embutido nesse... A percepção pessoal minha é que eles ficarão de fora, ficarão realmente...

A.C – Essa questão da relação de consumo é que deveria ser afastada.

J.M – É essa que é a discussão. Que não será compreendida essa relação de consumo como uma relação de trabalho. E aí...

A.C – Mas o senhor...

J.M – Eu sou...

A.C – Pessoalmente.

J.M – Eu pessoalmente sou contra a vinda dessa relação de consumo para a gente. Porque assim, por diversos fatores. Um, assim, em lugar nenhum do mundo, quando você fala assim, “Ah o médico me colocou uma prótese no seio, ela está com problema e eu vou processá-lo na Justiça do Trabalho”. Você não pensa isso. Você não traz na sua cabeça um processo dessa natureza, por que? Porque não está intrínseco. Alguns até falam, “Ah, não traz na cabeça porque não é. A partir do momento que for as pessoas vão começar a associar, quando tiver que processar o médico virá a cabeça a Justiça do Trabalho”. Mas assim, eu acho que conceitualmente, uma pessoa de qualquer outra nacionalidade, qualquer outro sistema político, ela não teria uma associação dessa figura com uma Justiça do Trabalho, como eu não tenho. Dois, olha só que interessante, na Justiça do Trabalho o direito visa proteger o prestador de serviço, não é. Então nós estamos para defender o prestador de serviço. Na relação de consumo o direito visa proteger o tomador de serviço, não é. Ou seja...

A.C – O consumidor.

J.M – O consumidor, que toma. Lá o vilão é quem presta o serviço. Aqui o vilão é quem toma o serviço. Então você já cria um pouco de conflito institucional, nas figuras protetivas do direito. Ou seja, nós vamos proteger quem? Agora tudo é relação de trabalho. Nós protegemos o prestador de serviço. Mas se for proteger o prestador de serviço na outra figura vai ser o dentista, o médico e não o paciente, não é. Então, já começa aí o conflito. Dois, ao fazer essa mudança, não é, o juiz do trabalho terá que incorporar às suas regras de trabalho conceitos diferentes daquele que ele utiliza atualmente, normalmente. E ao fazer isso ele vai sair um pouco da sua especialização. Ele vai se tornar, o meu receio, o meu receio, um pouco mais, um juiz mais “comum”,

sem pejorativo no comum, mas alguém que não está focado no interesse social do trabalhador.

A.C – Agora o senhor vê...

J.M – Ele vai trazer para a sua formação elementos contratuais de Direito Civil. Que é bom que se tenha e tal, mas não como ferramenta cotidiana de trabalho, não é. Quando ele traz isso ele tende a perder o foco de sua atuação jurisdicional, ele tende pelo menos ao risco que eu imagino que possa ocorrer com isso. Além de outro fator, a gente tem uma estrutura que não suporta o acúmulo dessas, de todas essas temáticas para a gente, a gente não tem isso. E o meu receio é que a gente acabe prestando um serviço pior até do que em relação lá... Enfim, são muitos os fatores que...

A.C – Eu entendi bem esse ponto relacionado à questão das relações de consumo e das relações de trabalho. Só queria ainda ouvi-lo um ponto em relação à questão das relações de trabalho, porque também uma crítica que às vezes se faz, se faz à própria, vamos dizer assim, à própria competência em relação às relações de trabalho na medida em que se considera que, até certo ponto, a Justiça do Trabalho, vamos dizer, estaria caindo em uma armadilha, digamos assim, de um discurso neoliberal que, vamos dizer, que também minimizaria as relações de emprego, digamos assim. E a Justiça do Trabalho, ao abarcar as relações de trabalho, ela mesma estaria também minimizando essas relações de emprego. E aí eu queria ouvir...

J.M – Aí depende muito. Corre-se o risco? Corre-se. Eu acho que esse risco é menor em relação ao benefício que pode trazer. Porque quando você começa a discutir na Justiça do Trabalho, primeiro, o fácil acesso desses profissionais à Justiça do Trabalho. É muito mais fácil, é muito mais simples, nem sequer se precisa de advogado, as...

[FINAL DA FITA 3-A]

J.M – (...) é muito mais fácil, é muito mais simples, nem sequer precisa de advogado, as custas são muito baixas, quando não isentas, não é, coisa que você não tem na Justiça Comum.

A.C – Ou seja, é um elemento facilitador.

J.M – É um elemento facilitador para que se venha a discutir. E começando a se discutir se pode criar mecanismos protetivos de direito à algumas situações de injustiças ocorridas no dia-a-dia em razão da defesa desses trabalhadores. Ah, uma diarista, porque é que uma diarista só por não ser empregada não pode ter uma determinada garantia legal? Ou um prestador à domicílio, por que? Em Portugal, por exemplo, isso é bacana, porque lá mesmo o prestador trabalhando no seu domicílio tem algumas regras garantidas pela legislação laboral. Não é empregado, mas tem algumas garantias protetivas em razão dessa peculiaridade, ou seja, de ele ser um dependente. Então a minha perspectiva é que ao facilitar que essas discussões venham à juízo, porque hoje o que é que acontece, eles não tem nem onde se falar. Porque no cível não encontra foco, já tem uma dificuldade de ingresso e não tem uma percepção voltada para isso, porque lá é contratualista. Pagou? Pagou. Firmou o contrato? Firmou. Acabou. Nós não. Nós já temos essa visão mais, então eu acho que aqui pode ser eco essa discussão para que o Direito do Trabalho passe a ser estendido a esses trabalhadores. Então isso não me parece, é uma crítica que se faz sim, mas não me parece adequada. Tanto que eu queria também, por esse mesmo princípio, que os servidores públicos viessem para a gente. E não veio ainda.

A.C – É, não vieram. Vieram as questões de acidentes de trabalho, não é.

J.M – Sim, as de acidentes de trabalho sim.

A.C – Que no início também não tinham vindo e que agora parece que isso ficou resolvido.

J.M – É. Na minha opinião já tinha vindo. É que o Supremo deu uma liminar dizendo que não.

A.C – Dizendo que não, mas agora veio.

J.M – Dando uma decisão dizendo que não. Mas agora está tranqüilo, tanto que foi unânime no Supremo.

A.C – Na sua visão, doutor...

J.M – E depois outra, só concluindo, essas causas dos trabalhadores em geral não representa volume grande de trabalho. Lógico, vai aumentar o volume de trabalho, mas não é algo significativo, que você fala, “Ah,30% a mais de ações”. Isso não vai ocorrer com esses. Lógico, se vier o consumo e se viesse os servidores públicos, não é, aí sim. Os funcionários públicos, não é, porque os servidores seletistas vem, o que não vem são os funcionários. Aí sim. Eu gostaria de ter a competência para o servidor público porque eu acho que é decorrente dessa mesma forma de atuação, não é. Ou seja, eu acho que é compatível com a estrutura, com a nossa formação, não é, de direitos e tudo. Tanto que a crítica que os federais geralmente fazem é o seguinte, “Ah, vocês vão perder o foco se for servidores públicos também. Vocês vão ficar, não vai ser especializado”. Na federal não é. Na estadual não é. Então eles não deveriam estar lá mesmo porque lá eles cuidam de tributos, cuidam de... Então não era nem para estar lá realmente.

A.C – Ganha mais o foco vindo para a Justiça do Trabalho realmente...

J.M – Claro, sem dúvida.

A.C – Porque se alguém está mais próximo é a Justiça do Trabalho, não é. Na sua visão essa posição é uma posição, vamos dizer assim, razoavelmente compartilhada, estou falando não só em São Paulo, mas em geral, e a posição que estou me referindo é essa dúvida e esse problema está localizado na vinda das relações de consumo.

J.M – Na vinda das relações de consumo. As outras, está tudo acertado, é tranquilo.

A.C – Quer dizer, a posição majoritária é de acolher essas...

J.M – Essas sim. Agora, a relação de consumo eu tenho até, a minha perspectiva pessoal, não é, é de que não será aceita pela jurisprudência. É lógico, um ou outro juiz vai acolher, não é, porque têm alguns que pensam que vem tudo...

A.C – Essa posição ela foi defendida, está sendo, pelo menos ela foi defendida, pela presidência da Anamatra anterior, do drº Grijalbo, não é. A presidência da Anamatra atual permanece mantendo essa posição do...

J.M – Creio que sim.

A.C – E aí nesse sentido vai haver um debate entre as amatras na medida em que a posição da Anamatra deve espelhar uma posição eu acredito mais geral. E o senhor?

J.M – [Riso] Nem sempre tem sido assim.

A.C – Nem sempre tem sido assim.

J.M – Os posicionamentos da Anamatra nem sempre tem sido assim. Eu acho que o debate está aberto. A Anamatra não tirou o posicionamento oficial, embora o presidente tenha manifestado a sua opinião pessoal a respeito, defendendo isso...

A.C – Favorável à incorporação das relações de consumo.

J.M – À incorporação do consumo. Mas não há um posicionamento institucional da Anamatra ainda não. Não há porque isso dependerá, certamente virá à baila no Conamate em Maceió. No Conamate em Maceió certamente serão apresentadas, que será em maio do ano que vem, aí sim, apresentadas teses, e uma vez aprovada vincula à direção da entidade.

A.C – E eu acredito que esse debate vá se fazer agora, quer dizer, não esse debate, mas eu acredito que posicionamentos mais efetivos vão ser agora tirados nas amstras, da mesma forma que, eu digo em função até dessa questão ser colocada futuramente, o ano que vem, à nível nacional. Então eu entendo que as amstras vão procurar...

J.M – Eu acho assim, está todo mundo debatendo ainda, não é. Não tem posicionamento. Nós não temos aqui unanimidade e nenhuma amatra vai ter unanimidade a ponto de tirar... Por exemplo, Campinas tirou um posicionamento, fizeram reuniões e tiraram posicionamento que a relação de consumo está incluída na Justiça do Trabalho. Para mim, e aí com todo o respeito, é claro, eu acho que eles foram muito...

A.C – Precipitados?

J.M – Precipitados, exatamente a palavra que eu queria. Eles foram precipitados porque eles fizeram essa reunião logo na seqüência da emenda, logo na seqüência. A gente não. A gente aqui, o que é que a gente assumiu? Nós vamos debater a emenda muito, fizemos diversos debates. Estamos fazendo mais um agora em Santos. Fizemos em Guarulhos, ABC, só aqui acho que uns três, quatro. Vamos levar isso para o nosso encontro anual pela segunda vez consecutiva. Ano passado já levamos, esse ano também teremos lá questões práticas com a Alice a respeito disso. E a partir disso, escrevemos, pedimos para os colegas escreverem a respeito, não é. E a partir disso, agora, que a gente vai fazer um plebiscito. Ou seja, um ano depois, a situação, o juiz que já tem posicionamento ele já tem na cabeça seu posicionamento, ainda que tenha dúvidas pontuais, mas em média... Agora eu acho que é o momento, por tudo o que se ouviu, por tudo o que se discutiu, por tudo o que se leu, das construções feitas. Eu acho que agora é o momento de começar sim a tirar um posicionamento. Lá eles fizeram logo na seqüência, ou seja, ninguém estava...

A.C – Não deu muito tempo.

J.M – Não deu tempo, não é.

A.C – Agora...

J.M – Que eu acho que se fizesse um plebiscito lá daria diferente hoje. [Risos]

A.C – Hoje. Agora, do ponto de vista das perspectivas para a Justiça do Trabalho considerando essa ampliação, eu digo essa no sentido das relações de trabalho, não estou colocando as de consumo não. Essa perspectiva é uma perspectiva como alguma coisa boa para a Justiça do Trabalho.

J.M – Qual perspectiva?

A.C – Essa de ampliação da sua competência efetiva.

J.M – De ampliação? Eu acho sim, eu acho sim, eu acho sim. Eu acho que nós vamos ter que mostrar serviço, eu acho que vai obrigar o Estado a investir um pouco mais...

A.C – Vai proteger bastante mais gente, eu também acho.

J.M – Em um primeiro momento não.

A.C – Não, em um primeiro momento não, mas a médio e longo prazo...

J.M – A médio e longo prazo eu acredito sim.

A.C – Será a tendência...

J.M – Vai nos colocar em contato com outras realidades, outras matérias, acho que será mais instigante até para o juiz se debater matérias um pouquinho diferentes daquelas que ele está habituado dia-a-dia. Oxigena um pouquinho...

A.C – E vai ter um impacto sobre essa questão do trabalho informal, não é, como algo que não tem direito nenhum. Porque uma série de relações de trabalho vão demandar...

J.M – Eu acho que facilita, eu acho que a Justiça do Trabalho facilita essas pessoas a ingressarem na justiça. É uma dúvida, estruturalmente e estatisticamente a Justiça do Trabalho é muito mais célere, não é. Estatisticamente, estatisticamente, não é.

A.C – Com certeza.

J.M – Aqui em São Paulo um recurso no Tribunal de Justiça demora quatro, cinco anos para ser distribuído. Aqui na Justiça do Trabalho é sete meses, seis meses. No primeiro grau uma ação nossa não dura mais que um ano estourando, se tiver uma coisa muito complicada. Na Justiça Comum, não é, quanto tempo se demora. Então eu acho que haverá um ganho para a sociedade nisso, vamos até contribuir um pouquinho com a Justiça Estadual, tirar alguns processos deles. Da federal também. Acho que a gente vai ter que dar uma paradinha.

A.C – A gente vai ter concluir a entrevista na verdade. Eu tenho a certeza de que eu gostaria de continuar a conversar mais com o drº José Lúcio, mas o Fórum vai fechar. Que aqui fique registrado que já são nove horas da noite e nós não podemos mais continuar a entrevista porque o prédio fecha. Então eu não queria concluir sem agradecer muitíssimo ao senhor pela a possibilidade de fazer essa entrevista e deixar o senhor concluir da maneira que desejasse para ficar registrado aqui.

J.M – Bom, eu agradeço, para mim é uma alegria poder colaborar em algo, registrar um pouco dessas angústias, desses sofrimentos, dessas alegrias, não é, do exercício da magistratura. Eu acho que é bacana se isso for, se isso puder ser útil de alguma forma para alguém, eu acho que já está cumprida a função da historiadora e do magistrado também. [Risos]

A.C – E do magistrado que gosta tanto de história também. Então eu queria mais uma vez agradecer em nome do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Muito obrigada.

J.M – De nada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]